

Eletrônico



**Estratégia**  
CONCURSOS

Aula

Contabilidade Geral p/ Exame de Suficiência do CFC (Bacharel e Técnico)

Professor: Gilmar Possati

## **AULA 00: Princípios de Contabilidade**

<b>SUMÁRIO</b>	<b>PÁGINA</b>
1. Apresentação	2
2. Cronograma	7
3. Reflexão	9
4. Princípios de Contabilidade	10
5. Questões comentadas	26
6. Resumo	89
7. Lista das questões apresentadas	92
8. Gabarito	111

## Apresentação

Salve, salve galera do Estratégia... é com enorme satisfação que apresento um **curso novo totalmente formatado com o que há de mais recente em termos de Contabilidade Geral**. A ideia é que possamos “detonar” as questões que versem sobre nossa disciplina no famigerado Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).



Gostaria nesse momento de me apresentar. Meu nome é Gilmar Possati, sou Analista de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União, aprovado no concurso de 2012. Sou formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e especializado em Finanças Públicas pela Escola de Administração Fazendária (ESAF) e em Auditoria Financeira pela Universidade de Brasília (UnB) em convênio com o TCU. Minha carreira no setor público começou cedo aos 17 anos, momento em que fui aprovado no meu primeiro concurso público para a Escola de Sargentos das Armas (EsSA). Após ter me formado, logrei êxito no concurso para o Quadro Complementar de Oficiais – Ciências Contábeis, da então Escola de Administração do Exército (EsAEx), concurso que passei em 2º lugar no âmbito nacional. Passados quase 10 anos no Exército, “larguei a farda” por ter sido aprovado para Analista de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (AFC/CGU) em 2012. Nesse mesmo ano, passei em 1º lugar para Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) para a área organizacional – Ciências Contábeis, mas acabei optando pela CGU. Recentemente (2014) fui aprovado no concurso para Auditor Público Externo (Contabilidade) do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS). Atuo ainda como instrutor e tutor da ESAF e como professor do Portal Aprova Concursos.

Este é um curso de **teoria e exercícios comentados**. Meu objetivo aqui é prepará-lo (a) de forma ampla para resolver as questões de **Contabilidade Geral** da prova do **Exame de Suficiência do CFC para bacharéis em Ciências Contábeis e Técnicos em Contabilidade**, tendo como parâmetro os últimos exames organizados pela **FBC (Fundação Brasileira de Contabilidade)**.

A metodologia das aulas contempla, em cada tópico, a exposição da teoria seguida da resolução e comentário de questões anteriores sobre o

assunto. Nos comentários, pode haver explicações novas. Assim, teoria e questões se complementam. Ao final de cada aula será apresentado ainda um **resumo** do conteúdo, na forma de esquemas, para facilitar a revisão da matéria.

Caso reste alguma dúvida que não tenha sido esclarecida na aula, não hesite em postá-la no fórum. O mesmo vale para críticas ou sugestões que podem ser encaminhadas para o e-mail abaixo descrito. A possibilidade de interação com o professor é um dos diferenciais desse tipo de curso, portanto, não deixe de utilizar essa importante ferramenta!

Dito isso, as características principais deste curso são:

- **Conteúdo atualizadíssimo;**
- **Teoria aliada à prática por meio de muitas questões comentadas prioritariamente da banca FBC;**
- **Linguagem didática e descontraída proporcionando uma leitura leve e absorção efetiva do conhecimento necessário à sua aprovação;**
- **Foco total naquilo que a banca mais exige;**
- **Resumo-esquemático ao final de cada aula para as revisões finais;**
- **Fórum de dúvidas;**
- **Contato direto com o professor por e-mail: [gilmarpossati@estrategiaconcursos.com.br](mailto:gilmarpossati@estrategiaconcursos.com.br);**
- **Curso voltado exclusivamente para o Exame de Suficiência do CFC.**

Assim, o curso está formatado para que possamos realizar uma **excelente** prova de Contabilidade Geral.

Fique tranquilo, pois nosso curso proporcionará uma **preparação objetiva, totalmente atualizada e focada naquilo que a banca mais exige.**

Trate-se de um curso bastante **completo** e **dinâmico**, com tudo que se tem direito, voltado tanto para os bacharéis e técnicos recém formados como para aqueles mais “da antiga” que já se formaram a mais tempo e precisam **atualizar o conhecimento.**

Enfim, espero que você aproveite o curso, tire suas dúvidas, estude bastante e, na hora da prova, resolva as questões com confiança. Desse modo, todo o esforço empregado nessa fase preparatória será recompensado com a alegria que acompanha a aprovação, a qual espero compartilhar com você.

Antes de passarmos ao nosso cronograma, gostaria de trazer alguns dados estatísticos sobre o último exame (aplicado no dia 14/09/2014) a fim de que possamos direcionar nossos esforços para aquilo que realmente é mais exigido e, assim, aumentarmos as chances de obter êxito no exame.

### **Prova para Técnico em Contabilidade (2014.2)**

#### **Exame Suficiência - Técnico - 2014.2** **(nº questões/percentual)**



Observe que **22** questões de um total de **50** exigiram conhecimentos da disciplina de **Contabilidade Geral**, o que equivale a **44% da prova!**

Pessoal, a partir desses dados devemos definir a estratégia de estudo. Por exemplo, focar em Contabilidade Geral, Princípios e Normas e Legislação/Ética permitiria nessa prova alcançar 34 questões (68% da prova!). Assim, sua estratégia de estudo deve contemplar com maior ênfase as disciplinas que são mais exigidas dosando, é claro, com aquilo que você mais domina.

Vejamos, agora, os dados referentes à prova de bacharel em Ciências Contábeis.

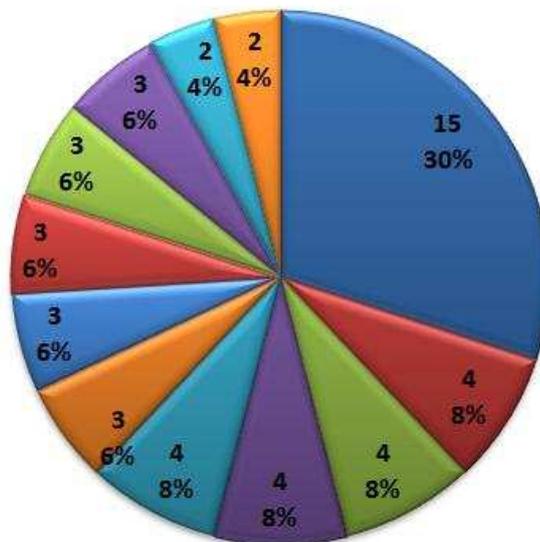
**Prova para Bacharel em Ciências Contábeis (2014.2)**

Disciplina	Nº de questões	Percentual
Contabilidade Geral	15	30%
Princípios e Normas	4	8%
Legislação e Ética	4	8%
Contabilidade de Custos	4	8%
Contabilidade Gerencial	4	8%
Contabilidade Pública	3	6%
Noções de Direito	3	6%
Matemática Financeira	3	6%
Auditoria Contábil	3	6%
Português	3	6%
Teoria da Contabilidade	2	4%
Perícia Contábil	2	4%
	<b>50</b>	<b>100%</b>

**Exame Suficiência - Bacharel - 2014.2**

Área do Gráfico

(nº questões/percentual)



- |                           |                           |                         |
|---------------------------|---------------------------|-------------------------|
| ■ Contabilidade Geral     | ■ Princípios e Normas     | ■ Legislação e Ética    |
| ■ Contabilidade de Custos | ■ Contabilidade Gerencial | ■ Contabilidade Pública |
| ■ Noções de Direito       | ■ Matemática Financeira   | ■ Auditoria Contábil    |
| ■ Português               | ■ Teoria da Contabilidade | ■ Perícia Contábil      |

Observe que **15** questões de um total de **50** exigiram conhecimentos da disciplina de **Contabilidade Geral**, o que equivale a **30% da prova!**

Aqui vale o mesmo destaque que fizemos acima para a prova de Técnico. A partir desses dados devemos definir a estratégia de estudo. Por exemplo, focar em Contabilidade Geral, Princípios e Normas e Legislação/Ética permitiria nessa prova alcançar 23 questões (46% da prova!).

Percebam que a maioria das questões exigem conhecimentos da disciplina de Contabilidade Geral (44% p/ Técnico e 30% p/ bacharel), o que é natural, haja vista ser a principal disciplina que os bacharéis e técnicos devem dominar em suas atividades profissionais.

Portanto, meus caros, é preciso **dominar** essa disciplina, pois facilitará a conquista do nosso objetivo, a aprovação no exame.

De maneira geral, as questões não apresentam maiores dificuldades, porém são exigidos alguns detalhes que derrubam os “aventureiros”. Ocorre que muitos profissionais não se preparam para a prova, apostam nos conhecimentos adquiridos durante sua formação e acabam sendo reprovados. Sabemos que nem todas as universidades e cursos técnicos apresentam o mesmo nível de qualidade. Assim, infelizmente existem muitas instituições que apresentam um ensino deveras deficiente, vale dizer, insuficiente para enfrentar o exame do CFC. Logo, entre os objetivos deste curso está o de nivelar o seu conhecimento a ponto de conseguir chegar no dia da prova com capacidade mais que suficiente para “detonar” as questões. Temos um bom tempo até o próximo exame. Assim, podemos nos preparar com calma, sem atropelamentos, de maneira que o conhecimento flua com naturalidade.

Destaca-se que com o conhecimento adquirido nesse curso, você estará preparado(a) para enfrentar **QUALQUER CONCURSO que exija a disciplina de Contabilidade Geral.** Assim, além de estar se preparando para o exame, você estará também obtendo conhecimentos suficientes para fazer uma excelente prova de **Contabilidade Geral nos mais diversos concursos que exigem essa disciplina** (Tribunais de Contas, TRT's, TRE's, TRF's, carreira de Contador nos diversos órgãos/entidades, etc). Nas nossas aulas vamos inserir questões de diversas bancas, além claro das questões exigidas nos

últimos exames, de maneira que a preparação seja a mais completa possível.

Bem... vejamos, então, o cronograma das nossas aulas.

## Cronograma

Para atingirmos o nosso objetivo, seguiremos o seguinte cronograma:

Aula	Data	Conteúdo Abordado
0	01/10	<b>Princípios de Contabilidade</b>
1	12/10	<b>Patrimônio e Variações Patrimoniais:</b> Conceituação, ativos, passivos, patrimônio líquido, aspecto qualitativo e quantitativo do patrimônio, representação gráfica do patrimônio, equação básica da contabilidade. Atos e fatos contábeis (permutativos, modificativos e mistos), formação, subscrição e integralização de capital, registros de mutações patrimoniais e apuração do resultado (receitas e despesas).
2	19/10	<b>Plano de contas e procedimentos de escrituração:</b> Conceito, classificação (patrimoniais, resultado e compensação) e natureza das contas (devedoras e credoras). Método das partidas dobradas, mecanismos de débito e crédito, teoria das origens e aplicação de recursos, lançamento (elementos essenciais, fórmulas), regime de caixa x regime competência, balancete de verificação, livros utilizados na escrituração.
3	26/10	<b>Balanco Patrimonial:</b> Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, critérios de classificação e avaliação, Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante, Patrimônio Líquido.
4	15/11	<b>Mensuração e reconhecimento de operações. Avaliação de Ativos e Passivos.</b>
5	30/11	<b>Provisões, Ativos e Passivos Contingentes:</b> Conceito, critérios de avaliação de contingências, contingências ativas, contingências passivas.
6	15/12	<b>Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente:</b> Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos.
7	30/12	<b>Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados:</b> Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos.
8	15/01	<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:</b> Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos.

9	30/01	<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa:</b> Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos. Método direto e indireto, Fluxo operacional, de investimento e de financiamento.
10	16/02	<b>Demonstração do Valor Adicionado:</b> Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos. <b>Notas explicativas:</b> Aspectos conceituais, finalidades, normatização e conteúdos.
11	23/02	<b>Combinação de Negócios:</b> Cisão, Fusão, Incorporação, Extinção, reconhecimento e mensuração de ativo identificável adquirido, de passivo assumido e de participação de não controlador na adquirida, ágio por expectativa de rentabilidade futura ( <i>goodwill</i> ) e compra vantajosa.
12	02/03	<b>Consolidação das Demonstrações Contábeis:</b> Conceito, fundamentos e procedimentos de consolidação, tais como, eliminação de resultados não realizados das transações intragrupo, eliminação de ativos e passivos decorrentes de transação intragrupo e identificação da participação dos não controladores no patrimônio e resultado, consolidação proporcional de investimento em empreendimento controlado em conjunto ( <i>Joint venture</i> ).
13	09/03	<b>Conversão das Demonstrações Contábeis para Moeda Estrangeira:</b> Técnicas e taxas de conversão, Itens monetários e não monetários, ganhos e perdas.
14	16/03	<b>Operações fiscais, tributárias e de contribuições.</b> Conceitos, Contabilização, Cálculo de Impostos federais, estaduais e municipais, contribuições previdenciárias, cálculo de FGTS e outras.

Qualquer dúvida surgida no decorrer das aulas pode ser sanada por meio do nosso fórum, disponível na área do aluno. Demais contatos poderão ser realizados por meio do e-mail:

[gilmarpossati@estrategiaconcursos.com.br](mailto:gilmarpossati@estrategiaconcursos.com.br).

**Para reflexão...**

**"Se quiser derrubar uma árvore na metade do tempo, passe o dobro do tempo amolando o machado".** Provérbio Chinês

**A Parábola do Velho Lenhador**

Certa vez, um velho lenhador, conhecido por sempre vencer os torneios que participava, foi desafiado por um outro lenhador jovem e forte para uma disputa. A competição chamou a atenção de todos os moradores da localidade. Muitos acreditavam que finalmente o velho perderia a condição de campeão dos lenhadores, em função da grande vantagem física do jovem desafiante.

No dia marcado, os dois competidores começaram a disputa, na qual o jovem se entregou com grande energia e convicto de que seria o novo campeão. De tempos em tempos olhava para o velho e, às vezes, percebia que ele estava sentado. Pensou que o adversário estava velho demais para a disputa, e continuou cortando lenha com todo vigor.

Ao final do prazo estipulado para a competição, foram medir a produtividade dos dois lenhadores e pasmem! O velho vencera novamente, por larga margem, aquele jovem e forte lenhador.

Intrigado, o moço questionou o velho:

– Não entendo, muitas das vezes quando eu olhei para o senhor, durante a competição, notei que estava sentado, descansando, e, no entanto, conseguiu cortar muito mais lenha do que eu, como pode!!

- Todas as vezes que você me via sentado, eu não estava simplesmente parado, descansando. Eu estava amolando meu machado...

E aí galera... prontos para afiar o machado?

Então, **JUNTOS** começemos a "parada"!



## Princípios de Contabilidade

Segundo a doutrina, os **Princípios de Contabilidade**<sup>1</sup> representam a **essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade**, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de **ciência social**, cujo **objeto** é o **patrimônio** das entidades.

Atualmente, de acordo com a Resolução CFC nº 750/93, atualizada pela Resolução CFC nº 1.282/10, os Princípios de Contabilidade são seis:

- **Entidade;**
- **Continuidade;**
- **Oportunidade;**
- **Registro pelo Valor Original;**
- **Competência;**
- **Prudência.**

Nos termos da Resolução CFC nº 750/93, a observância dos Princípios de Contabilidade é **obrigatória** no exercício da profissão e constitui **condição de legitimidade** das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

Além disso, destaca que na aplicação dos Princípios de Contabilidade há situações concretas e **a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais.**

---

<sup>1</sup> Atualmente a nomenclatura mais correta é essa: “Princípios de Contabilidade”, conforme art. 1º da Resolução CFC nº 1.282/10:

*Art. 1º Os “Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC)”, citados na Resolução CFC n.º 750/93, passam a denominar-se “Princípios de Contabilidade (PC)”.*

No entanto, até hoje encontramos editais e questões que utilizam a nomenclatura antiga.



### Essência x Forma

Pessoal, para que a informação represente de forma adequada suas operações, transações e eventos, é necessário que tais fatos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal.

Um exemplo clássico citado pela doutrina, até por ser uma situação recorrente nas empresas, é a realização de **contratos de leasing (arrendamento mercantil)** em que a verdadeira operação é um contrato de compra e venda. Como regra, temos que os bens registrados contabilmente na entidade são aqueles sob propriedade dessa entidade. Porém, no caso do *leasing* temos uma situação em que mesmo o ativo não sendo de propriedade da empresa, é ativado pelo arrendatário e os valores mensais são reconhecidos como um financiamento normal. Tal fato se dá por que é muito alta a probabilidade de a empresa adquirir o bem ao final do contrato. Sendo assim, esse **registro de reconhecimento do ativo pelo arrendatário considera a essência sobre a forma.**

Perceba que a adoção da essência sobre a forma visa fornecer informações mais próximas da realidade, de maneira que as demonstrações contábeis indiquem de maneira mais correta possível a verdadeira situação patrimonial e econômica da entidade.

Realizada essa breve contextualização, vejamos de forma objetiva os postulados de cada princípio, indicando os aspectos mais exigidos em concursos por meio de Questões de Fixação (QF)<sup>2</sup>.

## 2.1. Princípio da Entidade

O Princípio da Entidade reconhece o **patrimônio como objeto da Contabilidade** e afirma a **autonomia patrimonial**, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto

<sup>2</sup> As QF foram extraídas de diversas bancas.

de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos.

Por consequência, nesta acepção, **o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários**, no caso de sociedade ou instituição.

**O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos **não resulta em nova ENTIDADE**, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.**

Uma unidade de natureza econômico-contábil não possui personalidade jurídica própria. É a agregação de patrimônios independentes do grupo econômico-financeiro.



**QF1.** (CESPE/Perito/Contabilidade/MPU/2010) Com base nos princípios fundamentais de contabilidade, julgue o item subsequente.

Um conglomerado econômico-financeiro, constituído pela soma dos patrimônios dos entes que o compõem, não constitui entidade contábil.

Como acabamos de estudar, **a soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.**

Professor, pode explicar melhor esse negócio?

Vamos lá... Suponha que a Empresa Alfa adquira 40% das ações da Empresa Bravo. Nesse caso, pergunto: houve o surgimento de uma nova entidade (empresa) em Alfa? É claro que não! A Empresa Alfa registrou um investimento em sua Contabilidade. Sendo assim, **a soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade, mas numa unidade de natureza econômico-contábil** (no nosso exemplo, a conta "Investimento – Participação em Bravo", no ativo da Empresa Alfa).

Gabarito: **certo**.

**QF2.** (Cesgranrio/Analista/Contabilidade/Casa da Moeda do Brasil/2012)  
O princípio fundamental da Contabilidade que preceitua que o tratamento destinado à pessoa jurídica da empresa deve ser distinto das pessoas físicas e/ou jurídicas de seus proprietários é o princípio da

- a) competência
- b) continuidade
- c) prudência
- d) oportunidade
- e) entidade

O Princípio da Entidade preceitua que o tratamento destinado à pessoa jurídica da empresa deve ser distinto das pessoas físicas e/ou jurídicas de seus proprietários, tendo em vista que o patrimônio da entidade não se mistura com o patrimônio de seus sócios ou proprietários. Gabarito: E

## 2.2. Princípio da Continuidade

O Princípio da Continuidade pressupõe que **a entidade continuará em operação no futuro** e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância. Pelo Princípio da Continuidade, a apropriação de receitas e despesas pressupõe que a entidade continuará funcionando. A assertiva abaixo resume a ideia em torno do Princípio da Continuidade:

*"O princípio contábil que se relaciona diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, além de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultados é o Princípio da Continuidade". [FCC-2010]*

É importante destacar que o **Princípio da Continuidade**, de forma semelhante ao **Princípio da Entidade**, é **base fundamental dos princípios**, haja vista que sem a premissa de continuidade normal das operações, muitas operações realizadas pela empresa não fariam sentido como, por exemplo, a apropriação da depreciação<sup>3</sup> pelo prazo de vida útil.

Tendo em vista que o Princípio da Continuidade se relaciona diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, além de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado, podemos afirmar que o Princípio da Continuidade é

---

<sup>3</sup> Referido conceito será abordado em nossa próxima aula.

indispensável à correta aplicação do Princípio da Competência. Portanto, a **continuidade está fortemente vinculada à observância do Princípio da Competência e vice-versa**. E isso já foi alvo de cobrança em concurso! Observe a assertiva abaixo:



**"A observância do princípio da continuidade é indispensável à correta aplicação do princípio da competência".**  
[CESPE-2011]

Para fecharmos o Princípio da Continuidade, devemos saber que **não há correlação entre o princípio da continuidade e o contrato social**.

As demonstrações contábeis são normalmente preparadas no pressuposto de que a entidade continuará em operação no futuro previsível. Dessa forma, presume-se que a entidade não tem intenção nem a necessidade de entrar em liquidação, nem reduzir materialmente a escala das suas operações; se tal intenção ou necessidade existir, as demonstrações contábeis terão que ser preparadas numa base diferente e, nesse caso, tal base deverá ser divulgada.



**QF3.** (FGV/Auditor da Receita Estadual-AP/2010) O princípio contábil que influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da entidade tem prazo determinado, previsto ou previsível é:

- a) o princípio da prudência.
- b) o princípio da continuidade.
- c) o princípio da oportunidade.
- d) o princípio da atualização monetária.
- e) o princípio da competência.

Como vimos, o Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância. O item refere-se à antiga redação do art. 5º da Resolução CFC nº 750/93. No entanto, a premissa ainda é válida. Gabarito: B

### 2.3. Princípio da Oportunidade

O Princípio da Oportunidade refere-se ao **processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais** para produzir informações **íntegras** e **tempestivas**.

**A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.**



**QF4.** (CESPE/Agente Polícia Federal/2012) Julgue o item que se segue, a respeito dos princípios de Contabilidade.

Segundo o princípio da oportunidade, é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação, pois a falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância.

Segundo a Resolução nº 750/93 do CFC,

*Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.*

*Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)*

Pessoal, as palavras chaves são **INTEGRIDADE** e **TEMPESTIVIDADE**. Caso observe essas palavras na questão, fique alerta, pois possivelmente o item refira-se ao Princípio da **OPORTUNIDADE**.

Mas, professor, o que são informações íntegras e tempestivas para a Contabilidade?

Uma informação será **íntegra** quando for **baseada em documentos**, contratos, etc que garantam a fidedignidade da informação contábil. Além disso, podemos afirmar que a integridade diz respeito à necessidade de as variações serem reconhecidas na sua **totalidade**, isto é, sem qualquer falta ou excesso.

A informação será **tempestiva** quando a **informação contábil** chegue ao conhecimento do usuário **em tempo hábil**, a fim de que este possa utilizá-la para seus fins. Assim, a tempestividade obriga que as variações sejam registradas no momento em que ocorrerem, mesmo na hipótese de alguma incerteza.

Vejamos um exemplo para ficar mais claro...

Imagine que uma indústria farmacêutica divulgue a descoberta de um novo medicamento que permita o tratamento de uma doença grave qualquer. O anúncio é realizado em entrevista a uma grande emissora de televisão, situação em que obviamente os detalhes não são destacados. E aí, pessoal, quais as características dessa informação?

Bem... temos que a informação foi tempestiva, de certa forma até demasiadamente, mas não foi íntegra, haja vista que não está baseada em documentos, pois foi dada de forma verbal à imprensa e você há de convir que no momento que você recebe essa informação, sentado no conforto do lar, não há como afirmar que ela possui integridade.

Gabarito: **certo**.

**QF5.** (FCC/Analista Judiciário/TRE-SP/Contabilidade/2012) Segundo a Resolução nº 750/1993, do Conselho Federal de Contabilidade, levando-se em consideração as modificações promovidas pela Resolução nº 1.282/2010 do mesmo Conselho, o Princípio da Contabilidade que se refere ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas, é denominado Princípio

- a) do Registro pelo Valor Original.
- b) da Competência.
- c) da Prudência.
- d) da Oportunidade.
- e) da Entidade.

E aí pessoal, essa foi de barbada... falou em integridade e tempestividade, marca logo o item referente ao Princípio da Oportunidade e parte para o abraço! Gabarito: D.

## 2.4. Princípio do Registro pelo Valor Original

O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que **os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações**, expressos em moeda nacional.

Aqui, cabe destacar dois pontos abordados pela doutrina:

i. Necessidade de homogeneização quantitativa dos componentes patrimoniais: para atingir esse objetivo, é utilizada a moeda nacional de forma a traduzir os valores relativos aos componentes patrimoniais.

ii. Valor de entrada de um item patrimonial: o valor a ser utilizado é o original da transação.

Exemplo: Imagine que uma empresa adquira equipamentos no valor de R\$ 10.000,00 e o valor de mercado desses equipamentos, na data da compra, é de R\$ 12.000,00. Nesse caso, o valor a ser registrado no ativo dessa empresa é de R\$ 10.000,00, por representar o valor original da transação, observando-se, portanto, o Princípio do Registro pelo Valor Original.

As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas:

I – **Custo histórico**: Os **ativos** são registrados pelos **valores pagos ou a serem pagos** em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los **na data da aquisição**. Os **passivos** são registrados pelos **valores** dos recursos que foram **recebidos em troca da obrigação** ou, em algumas circunstâncias, pelos **valores** em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão **necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações**; e

II – **Variação do custo histórico**: Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

**a) Custo corrente** → Os **ativos** são reconhecidos pelos **valores em caixa** ou equivalentes de caixa, os quais **teriam de ser pagos** se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na **data ou no período das demonstrações contábeis**. Os **passivos** são reconhecidos pelos **valores em caixa** ou equivalentes de caixa, **não descontados**, que seriam **necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis**;

**b) Valor realizável** → Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser **obtidos pela venda em uma forma ordenada**. Os **passivos** são mantidos pelos **valores em caixa** e equivalentes de caixa, **não descontados**, que se espera seriam **pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade**;

**c) Valor presente** → Os **ativos** são mantidos pelo **valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa** que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os **passivos** são mantidos pelo **valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa** que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade;

**d) Valor justo** → É o **valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos**; e

**e) Atualização monetária** → **Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.**

### Bases de Mensuração

	Ativo	Passivo	Valor descontado?
<b>Custo Histórico</b>	Valor na data da aquisição	Valor recebido ou valor para liquidar no curso normal das operações	Não
<b>Custo Corrente</b>	Valor para adquirir na data do balanço	Valor para liquidar na data do balanço	Não
<b>Valor Realizável</b>	Valor obtido pela venda de forma ordenada	Valor para liquidar no curso normal das operações	Não
<b>Valor Presente</b>	Valor presente do fluxo de entradas esperado no curso normal	Valor presente do fluxo de saídas para liquidar no curso normal	<b>Sim</b>
<b>Valor justo</b>	Valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos.		Não
<b>Atualização Monetária</b>	Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.		Não

São **resultantes da adoção da atualização monetária**:

I – a **moeda**, embora aceita universalmente como medida de valor, **não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo**;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário **atualizar sua expressão formal em moeda nacional**, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido; e

III – a **atualização monetária não representa nova avaliação**, mas **tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.**



**QF6.** (CESPE/Agente Polícia Federal/2012) Julgue o item que se segue, a respeito dos princípios de contabilidade.

De acordo com o princípio do registro do valor original, a atualização monetária não representa nova avaliação, mesmo gerando o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante aplicação de indexadores e outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda.

Trata-se de exigência do art. 7º, §2º, inciso III, da Resolução CFC nº 750/93, senão vejamos:

*Art. 7º O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.*

[...]

*§ 2º São resultantes da adoção da atualização monetária:*

[...]

**III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)**

Gabarito: **certo**.

**QF7.** (FCC/Auditor/TCE-SP/2013) Em relação aos fatores que podem ocasionar variações nos componentes patrimoniais, ativos e passivos, após serem integrados ao Patrimônio, considere as afirmativas a seguir:

I. Atualização Monetária: os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis por meio do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

II. Valor Justo: os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis.

III. Custo Corrente: os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis.

IV. Valor Presente: os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações de uma entidade.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) II e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

Vamos analisar os itens.

O item I está **certo**. Trata-se de transcrição literal do texto da Resolução CFC nº 750/93.

O item II está **errado** e refere-se ao **custo corrente**.

**Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos.**

O item III está **certo**. Trata-se de transcrição literal do texto da Resolução CFC nº 750/93.

O item IV está **certo**. Trata-se de transcrição literal do texto da Resolução CFC nº 750/93.

Gabarito: C

## 2.5. Princípio da Competência

O Princípio da Competência determina que **os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.**

O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.



**QF8.** (CESPE/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE-RJ/2012) O Conselho Federal de Contabilidade e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis são responsáveis pela elaboração das normas contábeis comumente aceitas. Sobre essas normas, julgue o item que se segue.

De acordo com o princípio da competência, todas as variações patrimoniais devem ser registradas de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

O item possui relação com o princípio da oportunidade. O examinador baseou-se na antiga redação da Resolução CFC nº 750/93. A redação atual da Resolução referente ao princípio da oportunidade é a seguinte:

*Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.*

*Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)*

Gabarito: **errado**.

**QF9.** (CESPE/Técnico Judiciário/Contabilidade/TRE-MS/2013) No mês de dezembro de 2012, em uma empresa hipotética, ocorreram os fatos descritos a seguir.

- Despesa de janeiro de 2013, paga em dezembro de 2012 = R\$ 1.000,00;
- Despesa de dezembro de 2012, a ser paga em janeiro de 2013 = R\$ 2.000,00;
- Despesa de dezembro de 2012, paga em novembro de 2012 = R\$ 4.000,00;
- Receita de janeiro de 2013, recebida em dezembro de 2012 = R\$ 5.000,00;

- Receita de dezembro de 2012, a ser recebida em janeiro de 2013 = R\$ 6.000,00;
- Receita de dezembro de 2012, recebida em dezembro de 2012 = R\$ 8.000,00.

De acordo com os princípios de contabilidade, na situação hipotética acima descrita, o resultado da empresa em dezembro de 2012 foi igual a

- a) R\$ 12.000,00.
- b) R\$ 14.000,00.
- c) R\$ 6.000,00.
- d) R\$ 8.000,00.
- e) R\$ 10.000,00.

Segundo o princípio da competência as receitas e despesas devem ser registradas no período ao qual pertencem, ainda que não tenham sido recebidas ou pagas. Portanto, para calcularmos o resultado da empresa em dezembro de 2012 devemos identificar as receitas e despesas que se referem a esse período. Mãos à obra!

Primeiramente, vamos destacar as despesas e receitas que compõem o cálculo.

- Despesa de janeiro de 2013, paga em dezembro de 2012 = R\$ 1.000,00; Refere-se a despesa de janeiro de 2013, portanto, não entra no cálculo.
- **Despesa de dezembro de 2012, a ser paga em janeiro de 2013 = R\$ 2.000,00; (1)**
- **Despesa de dezembro de 2012, paga em novembro de 2012 = R\$ 4.000,00; (2)**
- Receita de janeiro de 2013, recebida em dezembro de 2012 = R\$ 5.000,00; Refere-se a receita de janeiro de 2013, portanto, não entra no cálculo.
- **Receita de dezembro de 2012, a ser recebida em janeiro de 2013 = R\$ 6.000,00; (3)**
- **Receita de dezembro de 2012, recebida em dezembro de 2012 = R\$ 8.000,00. (4)**

Feita a identificação, basta confrontarmos as receitas (3+4) com as despesas (1+2), chegando ao gabarito da questão: **R\$ 8.000,00.**

Gabarito: D

**QF10.** (FCC/Técnico Judiciário/Contabilidade/TRF2/2012) O princípio fundamental de contabilidade que estabelece que o reconhecimento das receitas deva ocorrer simultaneamente com o das despesas a ela correlacionadas denomina-se princípio da

- a) Entidade.
- b) Oportunidade.
- c) Continuidade.
- d) Competência.
- e) Materialidade.

Questão simples que exige conhecimento do princípio da competência. Conforme art. 9º, da Resolução CFC nº 750/93,

*Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.*

*Parágrafo único. **O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.** (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)*

Gabarito: D

## 2.6. Princípio da Prudência

O Princípio da Prudência determina a adoção do **menor valor** para os componentes do **ATIVO** e do **maior** para os do **PASSIVO**, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo **grau de precaução** no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que **ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados**, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.



**QF11.** (ESAF/Contador/MF/2013) Quando, ao avaliar o estoque final de mercadorias, procuramos atender à recomendação “custo ou mercado, o que for menor”, estamos observando um princípio fundamental de contabilidade.

Indique abaixo qual é esse princípio.

- a) Consistência.
- b) Objetividade.
- c) Oportunidade.
- d) Materialidade.
- e) Prudência.

De pronto já podemos eliminar as alternativas “A”, “B” e “D”, pois não são princípios contábeis. A alternativa “C”, por sua vez, também está igualmente errada, pois não tem relação com a recomendação “custo ou mercado, o que for menor”. Resta-nos, portanto, a alternativa “E”. Como vimos, o Princípio da Prudência determina a adoção do **menor valor** para os componentes do **ATIVO** e do **maior** para os do **PASSIVO**, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido. Gabarito: E



Pessoal, em termos teóricos é isso! Vocês vão ver que ao final das questões comentadas praticamente não errarão mais questões sobre o assunto, basta ficarem alertas para as palavras-chave destacadas nos comentários. Agora é a hora de “mandarmos ver” nas questões. A resolução de questões comentadas é uma poderosa ferramenta de aprendizado. Ao final apresentamos a lista das questões, caso você prefira resolver antes de ver os comentários. São **21** questões comentadas da banca da sua prova (**FBC**). Além disso, como forma de complemento inseri mais **44** questões de diversas bancas sobre o assunto visto. Somando-se com as QF, estudaremos hoje **75** questões comentadas.

## Questões Comentadas

### Parte I - Questões FBC

**1.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2014.2) Em relação às variações do custo histórico previstas na Resolução CFC nº 750/93, considerando-se o Princípio da Continuidade, assinale a opção CORRETA.

a) Uma vez integrado ao patrimônio, um ativo pode sofrer variação decorrente da constatação de que o seu valor justo é superior ao custo de aquisição.

b) Uma vez integrado ao patrimônio, um ativo pode sofrer variação decorrente da constatação de que o seu valor realizável é superior ao custo de aquisição.

c) Uma vez integrado ao patrimônio, um ativo ou passivo pode sofrer variação decorrente do custo corrente que representa o valor presente dos ativos e passivos, menos os fluxos de saídas e entradas de caixa.

d) Uma vez integrado ao patrimônio, um ativo ou passivo pode sofrer variação decorrente da atualização monetária quando se determina o valor de troca dos ativos ou passivos objetos de avaliação em um mercado ativo.

A seguir segue a resposta elaborada pela própria banca, tendo em vista os recursos interpostos, porém a banca não os acatou.

[...] A questão pontua a utilização do Princípio de Continuidade como base para a identificação das variações do custo histórico previstas na Resolução CFC n.º. 750/93. A utilização deste princípio é fundamental para a definição da base de mensuração de ativos que devem ser *“avaliados de acordo com a potencialidade de geração de benefícios futuros para a empresa, na continuidade de suas operações, e não pelo valor que poderíamos obter se fossem vendidos como estão”* (IUDICIBUS, 2010. P. 34), o que justificaria, por exemplo, um ativo ser avaliado pelo valor realizável, quando este for superior ao seu custo de aquisição.

Hendriksen e Van Breda (1999) complementam que *“o motivo da inclusão do conceito de continuidade no conjunto de fundamentos representa, pelo menos, apoio à teoria de avaliação com base em benefícios, ou, em alguns casos, apoio ao uso decurso para o exame de suficiência custos históricos em lugar de valores de liquidação.”*

Isto posto, resta justificado a razão da inclusão do Princípio da Continuidade como requisito para avaliação das alternativas.

Restando justificado essa questão, tem-se a seguinte análise individual de cada alternativa:

**Alternativa Correta:** *Uma vez integrado ao patrimônio, um ativo pode sofrer variação decorrente da constatação de que o seu valor justo é superior ao custo de aquisição.*

Como disposto no item II, parágrafo 1º, do art. 7º, Resolução 750/93:

*II – Variação do custo histórico. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:*

*d) Valor Justo. É o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos;*

Como exemplo de reconhecimento do valor justo, tem-se o disposto na NBC TG 30-Propriedade para Investimento. O item 30 da referida norma estabelece que:

*“com as exceções indicadas nos itens 32A a 34, a entidade deve escolher como sua política contábil ou o método do valor justo nos itens 33 a 55 ou o método do custo no item 56 e deve aplicar essa política a todas as suas propriedades para investimento.”*

**Alternativa Incorreta:** *Uma vez integrado ao patrimônio, um ativo pode sofrer variação decorrente da constatação de que o seu valor realizável é superior ao seu custo de aquisição.*

De acordo com o art. 7º, item II, “b”, da Resolução 750/93:

*II – Variação do custo histórico. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:*

*b) Valor realizável. Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade;*

Considerando o pressuposto da continuidade, as regras contábeis só preveem a utilização do valor realizável líquido quando este for inferior ao custo histórico. A exemplo tem-se a mensuração do estoque conforme estabelece NBC TG 16 – Estoques, item 9:

*9. Os estoques objeto desta Norma devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor (grifo nosso).*

**Alternativa incorreta** – *Uma vez integrado ao patrimônio, um ativo ou passivo pode sofrer variação decorrente do custo corrente que representa o valor presente dos ativos e passivos menos os fluxos de saídas e entradas de caixa.*

O conceito do custo corrente é estabelecido no item II, alínea “a” do art. 7º da resolução 750/93:

*a) Custo corrente. Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis;*

**Alternativa incorreta** – *Uma vez integrado ao patrimônio, um ativo ou passivo pode sofrer variação decorrente da atualização monetária onde se determina o valor de troca dos ativos ou passivos objeto de avaliação em um mercado ativo.*

O conceito de atualização monetária é estabelecido no item II, alínea “e” do art. 7º. Da resolução 750/93:

*e) Atualização monetária. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.*

**Referências:**

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael. Teoria da Contabilidade . São Paulo: Atlas, 1999.

IUDICIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. Atlas, 2010.

Gabarito: A

**2.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2014.1) Considerando a Resolução CFC nº 750/93, relacione o nome dos Princípios de Contabilidade, apresentados na coluna da esquerda, com as respectivas definições apresentadas na coluna da direita e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

(1) Princípio da Continuidade	( ) Determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.
(2) Princípio da Oportunidade	( ) Determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.
(3) Princípio do Registro pelo Valor Original	( ) Pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.
(4) Princípio da Competência	( ) Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

A sequência CORRETA é

- a) 1, 2, 3, 4.
- b) 1, 3, 2, 4.
- c) 3, 4, 1, 2.
- d) 4, 3, 2, 1.

Questão simples que exige conhecimentos literais da Resolução CFC nº 750/93. Vamos analisar cada um dos itens.

**(3)** *Determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.*

Trata-se do Princípio do Registro pelo Valor Original. O item reproduz o art. 7º da Resolução CFC nº 750/93:

*Art. 7º O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.*

*(4) Determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.*

Trata-se do Princípio da Competência. O item reproduz o art. 9º da Resolução CFC nº 750/93:

*Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.*

*(1) Pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.*

Trata-se do Princípio da Continuidade. O item reproduz o art. 5º da Resolução CFC nº 750/93:

*Art. 5º O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.*

*(2) Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.*

Trata-se do Princípio da Oportunidade. O item reproduz o art. 9º da Resolução CFC nº 750/93:

*Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.*

Gabarito: C

**3.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2013.2) Relacione a situação descrita na primeira coluna com o Princípio de Contabilidade na segunda coluna e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

(1) Uma empresa industrial constituiu uma provisão para perda em questão judicial trabalhista. A provisão foi constituída porque a perda foi avaliada como altamente provável, e as estimativas de valor eram confiáveis, embora não fosse possível mensurar o exato valor a ser pago no futuro. ( ) Entidade

(2) Uma empresa comercial avalia os Estoques ao custo ou Valor Realizável Líquido, dos dois o menor. Se houvesse previsão de descontinuidade, a empresa poderia abandonar a mensuração pelo custo, e os Estoques poderiam ser avaliados apenas a valores de saída. ( ) Oportunidade

(3) Uma empresa controladora repassou recursos financeiros para sua controlada e registrou esses recursos como Empréstimos a Empresas Ligadas, no Ativo. ( ) Continuidade

A sequência CORRETA é:

- a) 2, 1, 3.
- b) 1, 3, 2.
- c) 3, 1, 2.
- d) 3, 2, 1.

Vamos analisar cada um dos itens:

*(1) Uma empresa industrial constituiu uma provisão para perda em questão judicial trabalhista. A provisão foi constituída porque a perda foi avaliada como altamente provável, e as estimativas de valor eram confiáveis, embora não fosse possível mensurar o exato valor a ser pago no futuro.*

O item descreve um fato contábil que decorre do princípio da oportunidade. Segundo esse princípio, a mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais devem permitir a produção de informações íntegras e tempestivas. Assim, a constituição de uma provisão decorre justamente desse princípio, pois além de tornar a apresentação dos componentes patrimoniais mais íntegra, registra de forma oportuna a provável perda decorrente da questão judicial trabalhista.

*(2) Uma empresa comercial avalia os Estoques ao custo ou Valor Realizável Líquido, dos dois o menor. Se houvesse previsão de descontinuidade, a empresa poderia abandonar a mensuração pelo custo, e os Estoques poderiam ser avaliados apenas a valores de saída.*

Esse item estava barbada, não é mesmo? A palavra “descontinuidade” indica alguma coisa? É claro que sim! O item refere-se ao princípio da continuidade. Vamos aproveitar o item para entender o que significa “valores de saída” e “valores de entrada”.

Segundo a doutrina, os **valores de entrada** representam os obtidos no mercado de compra de uma entidade, ou então, refletem o custo ou sacrifício para obter os ativos utilizados pela empresa em suas operações.

Os **valores de saída**, por sua vez, representam aqueles obtidos no mercado de venda. Nesse sentido, os valores de saída podem ser distribuídos nos seguintes grupos: valores esperados; valores correntes e custo de oportunidade.

Atualmente, a doutrina destaca as seguintes alternativas baseadas em valores de entrada e saída:

<b>Valores de Entrada</b>	<b>Valores de Saída</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Custo Histórico</li><li>• Custo Corrente</li><li>• Custo Histórico Corrigido</li><li>• Custo Corrente Corrigido</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Preços Correntes de Saída ou Valor Realizável Líquido</li><li>• Valores de Liquidação</li><li>• Equivalentes Correntes de Caixa</li><li>• Fluxo da Caixa Descontado</li></ul>

Voltando ao item, observe que se a empresa prevê descontinuidade de suas operações, obviamente que não haverá mais aquisição de estoques e, portanto, não há que se valor mais em mensuração pelo custo (valor de entrada), podendo os estoques ser avaliados apenas a valores de saída.

*(3) Uma empresa controladora repassou recursos financeiros para sua controlada e registrou esses recursos como Empréstimos a Empresas Ligadas, no Ativo.*

O item descreve um fato contábil que observa o princípio da entidade. Esse princípio reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a **autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes**, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Gabarito: C

4. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2013.1) Uma sociedade empresária reconhece uma provisão para garantias concedidas aos clientes, no mesmo período em que são registradas as vendas. Apesar de não ser possível prever o valor exato a ser gasto no futuro, com cada cliente, a provisão é constituída e o valor da provisão é calculado com base nas melhores estimativas disponíveis, e em bases confiáveis.

Justificam o procedimento adotado pela empresa os Princípios:

- a) da Relevância e do Registro pelo Valor Original.
- b) da Prudência e do Custo Histórico.
- c) da Oportunidade e da Competência.
- d) da Continuidade e da Objetividade.

Pessoal, a **provisão** tem sua origem no atendimento aos princípios contábeis da **Oportunidade, Competência, e Prudência/Conservadorismo**, conforme entendimento extraído da Resolução CFC nº 750/93.

Conforme estudamos, o princípio da oportunidade trata da tempestividade e integridade do registro do patrimônio. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre oportunidade e confiabilidade da informação. Nesse sentido, embora carregadas de razoável certeza quanto a sua realização, as provisões alteram o patrimônio da entidade. Logo, em observância a esse princípio as provisões devem ser registradas por valores estimados calculados com base em critérios técnicos.

No que se refere ao princípio da competência, vimos que os efeitos das transações e outros eventos devem ser reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento. Nesse sentido, as variações diminutivas decorrentes de provisões não implicam saída de recursos, porém impactam o patrimônio da entidade, reduzindo-o. Logo, devem ser reconhecidas no resultado de cada período de forma estimada segundo a expectativa de diminuição do ativo da entidade.

Por fim, o princípio da prudência impõe a escolha da hipótese que resulta menor patrimônio líquido, ou seja, aquela que apresenta menor ativo e maior passivo diante de alternativas com igual possibilidade de ocorrência. Nesse sentido, o registro da provisão implica ajuste de itens do ativo da entidade, reduzindo-o pelo montante da provisão. Pratica-se, portanto, a opção que resulta em um menor valor para o ativo e ainda a escolha da hipótese que resulta em menor patrimônio líquido, em virtude do reconhecimento da variação diminutiva.

Gabarito: C

5. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2013.1) A descrição “Pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.” refere-se ao Princípio da:

- a) Competência.
- b) Continuidade.
- c) Entidade.
- d) Oportunidade

Questão bem simples. É o tipo de questão que jamais podemos errar. O **Princípio da Continuidade** pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância. Pelo Princípio da Continuidade, a apropriação de receitas e despesas pressupõe que a entidade continuará funcionando.

Gabarito: B

6. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2013.1) Uma empresa perdeu um processo de licitação por sua escrituração contábil não apresentar informações íntegras e tempestivas, na produção e na divulgação da informação contábil, ocasionando a perda da relevância das informações contábeis deixando-as sem confiabilidade.

Essa empresa foi penalizada por descumprir o Princípio da:

- a) Competência.
- b) Continuidade.
- c) Entidade.
- d) Oportunidade.

Trata-se do princípio da oportunidade. O Princípio da Oportunidade refere-se ao **processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais** para produzir informações íntegras e tempestivas.

Sempre que essas duas expressões aparecerem (integridade e tempestividade) estaremos diante do princípio da oportunidade.

Uma informação será **íntegra** quando for **baseada em documentos**, contratos, etc que garantam a fidedignidade da informação contábil.

Será **tempestiva** quando a **informação contábil** chegue ao conhecimento do usuário **em tempo hábil**, a fim de que este possa utilizá-la para seus fins.

Gabarito: D

**7.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2013.1) Com base na Resolução CFC n.º 750/93 e alterações posteriores, que trata dos Princípios de Contabilidade, assinale a opção CORRETA:

- a) O Princípio da Continuidade reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e diferencia o patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes.
- b) O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.
- c) O Princípio da Prudência exige integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil para não ocasionar perda de relevância.
- d) O Princípio do Conservadorismo determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

Observe que na mesma prova (técnico 2013.1) o simples conhecimento das palavras-chave (integridade e tempestividade) garantiriam duas questões! Vamos analisar as alternativas.

- a. Errada. O item refere-se ao princípio da entidade.
- b. Certa. Integridade + tempestividade = oportunidade
- c. Errada. O item refere-se ao princípio da oportunidade.
- d. Errada. O item refere-se ao princípio do registro pelo valor original.

Gabarito: B

**8.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2012.2) Em 22.12.2011, uma sociedade efetuou uma exportação de mercadorias, no valor de U\$470.000,00, com recebimento previsto para 15 dias. Na data da transação, o valor da venda correspondia a R\$900.000,00. Considerando que o valor a receber da empresa varia de acordo com a cotação da moeda americana e, considerando, ainda, os Princípios de Contabilidade estabelecidos na Resolução 750/93 e alterações posteriores, é CORRETO afirmar que o valor a receber:

- a) na data da transação será registrado pelo seu valor histórico e a diferença na variação da moeda deverá ser reconhecida no resultado somente na data da liquidação da operação com o recebimento do valor alterado.
- b) na data da transação deverá ser registrado, considerando a previsão da taxa de câmbio na data da liquidação e, dessa forma, se houver uma previsão na redução da taxa de câmbio a receita da venda a ser reconhecida será reduzida por esta variação.
- c) deverá refletir os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional, devendo ser reconhecidos nos registros contábeis o ajuste em

decorrência da alteração na taxa de câmbio de acordo com Princípio da Competência.

d) deverá refletir os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda estrangeira, devendo ser reconhecidos nos registros contábeis o ajuste em decorrência da alteração na taxa de câmbio de acordo com Regime de Caixa.

Essa questão à época de sua aplicação (2012) gerou inúmeros recursos. No entanto, a banca manteve o gabarito. Particularmente, concordo com o gabarito. Vamos analisar as alternativas:

a. **Errada.** a) na data da transação será registrado pelo seu valor histórico e a diferença na variação da moeda deverá ser reconhecida no resultado ~~somente na data da liquidação da operação com o recebimento do valor alterado.~~

O item não obedece o princípio da competência que é claro nesse sentido: **os efeitos das transações são reconhecidos independentemente do recebimento.**

b. **Errada.** b) na data da transação deverá ser registrado, ~~considerando a previsão da taxa de câmbio na data da liquidação~~ e, dessa forma, se houver uma previsão na redução da taxa de câmbio a receita da venda a ser reconhecida será reduzida por esta variação.

Não há amparo normativo nesse sentido.

c. **Certa.** c) deverá refletir os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional, devendo ser reconhecidos nos registros contábeis o ajuste em decorrência da alteração na taxa de câmbio de acordo com Princípio da Competência.

Para entendermos melhor o item, vamos resgatar novamente o fato descrito no comando da questão:

*Em 22.12.2011, uma sociedade efetuou uma exportação de mercadorias, no valor de U\$470.000,00, com recebimento previsto para 15 dias. Na data da transação, o valor da venda correspondia a R\$900.000,00.*

Observe que a cotação do dólar na data da operação é equivalente a R\$ 1,91 (R\$900.000/U\$470.000).

Assim, se no dia 06.01.2012 (15 dias após a exportação, data do recebimento) a taxa de câmbio tiver aumentado para, por exemplo, R\$ 1,95, a empresa deve registrar uma receita decorrente da variação cambial. Por outro lado, se a taxa de câmbio tiver diminuído para, por

exemplo, R\$ 1,85 a empresa incorrerá em uma despesa, observando-se o princípio da competência.

É isso que o item nos informa.

Gabarito: C

**9.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2012.2) Considerando uma empresa que apura o resultado de janeiro a dezembro, de acordo com a Resolução CFC n.º 750/93 – Princípios de Contabilidade e alterações posteriores, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. Os salários correspondentes ao pessoal da administração do mês de dezembro pagos em janeiro foram considerados como despesa em janeiro.

II. O salário do pessoal da produção do mês de janeiro, pago em fevereiro e cujos produtos foram vendidos no mês de fevereiro, foi considerado na apuração do resultado da empresa em janeiro.

III. Um contrato de seguro com cobertura para os meses de setembro a agosto foi considerado como despesa no mês de contratação e pagamento.

Estão em DESACORDO com a Resolução CFC n.º 750/93 – Princípios de Contabilidade e alterações posteriores, as situações descritas nos itens:

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

Excelente questão que exige maior conhecimento. Vamos analisar cada um dos itens.

*I. Os salários correspondentes ao pessoal da administração do mês de dezembro pagos em janeiro foram considerados como despesa em janeiro.*

O fato descrito no item está em **desacordo com o princípio da competência**. Nesse caso os salários correspondentes ao pessoal da administração do mês de dezembro pagos em janeiro deveriam ser considerados como despesa em dezembro.

*II. O salário do pessoal da produção do mês de janeiro, pago em fevereiro e cujos produtos foram vendidos no mês de fevereiro, foi considerado na apuração do resultado da empresa em janeiro.*

Pessoal, aqui temos que analisar com cautela. Muitos alunos pensam que o item está de acordo com o princípio da competência. No entanto, o fato descrito está em **desacordo com o princípio da competência**.

Você pode estar se perguntando... no item anterior consideramos como despesa de salários no momento da ocorrência e aqui a regra mudou?

Ocorre o seguinte:

Salários do pessoal da administração → são despesas do período em que ocorrerem. Assim, o salário do pessoal da administração de janeiro será considerado como despesa de janeiro, ainda que sejam pagos somente em fevereiro.

Salários do pessoal da produção → são despesas que devem ser adicionadas ao custo do produto. Assim, a despesa somente será incorrida no momento da venda do produto (no caso sob análise, em fevereiro).

Logo, o salário do pessoal da produção do mês de janeiro, pago em fevereiro e cujos produtos foram vendidos no mês de fevereiro, deve ser considerado na apuração do resultado da empresa em **fevereiro**.

*III. Um contrato de seguro com cobertura para os meses de setembro a agosto foi considerado como despesa no mês de contratação e pagamento.*

O fato descrito no item está em **desacordo com o princípio da competência**. A despesa do período deve ser reconhecida do momento de sua ocorrência, independentemente de pagamento.

Logo, se o contrato de seguro tem cobertura para os meses de setembro de um ano a agosto de outro ano, a despesa de seguros deve ser considerada como incorrida (apropriada ao resultado) no decorrer desses meses e não no mês da contratação e pagamento.

Gabarito: A

**10.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2012.2) Considerando os Princípios de Contabilidade dispostos na Resolução CFC 750/93 e alterações posteriores, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

II. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso, é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

III. O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

Estão CORRETOS os itens:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

Vamos analisar cada um dos itens.

Item I – **Correto**. Eis que surge (mais uma vez) as palavras “mágicas”: integridade e tempestividade. Já sabemos que estamos diante do princípio da oportunidade.

Item II – **Correto**. O item transcreve de forma literal o disposto na Resolução CFC nº 750/93 (art. 6º, parágrafo único), senão vejamos:

*Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.*

**Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.**

Item III – **Correto**. O item transcreve de forma literal o disposto na Resolução CFC nº 750/93 (art. 7º), senão vejamos:

**Art. 7º O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.**

Gabarito: C

**11.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2012.2) Considerando o que dispõe a Resolução CFC n.º 750/93, que trata dos Princípios de Contabilidade, no que se refere ao Princípio do Registro pelo Valor Original, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. A moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo.

II. Para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido.

III. A atualização monetária fere o Princípio do Registro pelo Valor Original por representar uma nova avaliação, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, F.
- b) F, F, V.
- c) V, V, F.
- d) V, V, V.

Vamos analisar cada um dos itens.

Item I – **Correto**. Segundo a Resolução CFC nº 750/93,

*Art. 7º, § 2º São resultantes da adoção da atualização monetária:*

***I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo.***

Item II – **Correto**. Segundo a Resolução CFC nº 750/93,

*Art. 7º, § 2º São resultantes da adoção da atualização monetária:*

***II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido;***

Item III – **Correto**. Segundo a Resolução CFC nº 750/93,

Art. 7º, § 2º São resultantes da adoção da atualização monetária:

**III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.**

Gabarito: C

**12.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2012.1) Aproveitando o desconto fornecido para pagamento antecipado do imposto em cota única, uma sociedade empresária efetuou, em janeiro de 2012, o pagamento do Imposto sobre Veículos Automotores – IPVA incidente sobre os veículos de sua propriedade e relativo ao ano de 2012. Os veículos são utilizados para entregas das mercadorias vendidas aos clientes. O registro do imposto pago foi efetuado a débito de conta de despesa a parcela relativa ao mês de janeiro, e a débito de conta de ativo o montante relativo aos demais meses.

De acordo com a Resolução CFC n.º 750/93, o princípio que justifica o registro descrito de apenas uma parcela do valor pago em conta de despesa é o Princípio da:

- a) Competência.
- b) Objetividade.
- c) Prudência.
- d) Tempestividade.

No fato descrito na questão temos uma saída de caixa, o registro de uma despesa paga antecipada (relativa aos meses de fevereiro a dezembro) e o registro da apropriação da despesa referente ao mês de janeiro, por força do princípio da competência. O lançamento seria:

- D – Despesa paga antecipada
- D – Despesa com impostos (IPVA)
- C – Caixa

Lembre-se que o Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

Gabarito: A

**13.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2011.2) Em relação à aplicação do Princípio do Registro pelo Valor Original, assinale a opção CORRETA.

a) A aplicação do Princípio do Registro pelo Valor Original implica que os ativos e passivos sejam registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa, não sendo admitida outras bases de mensuração, tais como valor realizável, valor presente e valor justo.

b) A atualização monetária representa nova avaliação, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda em um dado período, constituindo-se, portanto, em um descumprimento do Princípio do Registro pelo Valor Original.

c) A atualização monetária representa o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período, não representando um descumprimento Princípio ao Registro pelo Valor Original.

d) A redação atualizada da Resolução CFC n.º 750/93, que trata dos Princípios de Contabilidade, feita pela Resolução n.º 1.282/10, aboliu o Princípio do Registro pelo Valor Original por estar em desacordo com as novas normas contábeis brasileiras, convergentes às normas internacionais de contabilidade.

a. **Errada.** O Princípio do Registro pelo Valor Original admite várias bases de mensuração, tais como valor realizável, valor presente e valor justo.

b. **Errada.** Pelo contrário! A atualização monetária é um subprincípio do Registro pelo Valor Original, representando o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

c. **Certa.** Perfeito. O item descreve a essência da atualização monetária.

d. **Errada.** O item está totalmente errado. Como sabemos, o Princípio do Registro pelo Valor Original não foi extinto pela Resolução nº 1.283/10. O item tenta confundir o candidato, pois o princípio que foi extinto foi o da atualização monetária que pela nova redação foi inserido como subprincípio do Registro pelo Valor Original.

Gabarito: C

**14.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2011.2) Em relação à aplicação do Princípio da Oportunidade, assinale a opção INCORRETA.

a) A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância.

- b) É necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação, de forma a tentar equilibrar as duas qualidades.
- c) É necessário considerar que a confiabilidade tem prioridade em relação à tempestividade da informação produzida, sendo sempre preferível sacrificar a tempestividade em prol da confiabilidade.
- d) Este Princípio de Contabilidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. Logo, a alternativa "D" está correta. Ademais, segundo o parágrafo único, art. 6º, da Resolução CFC nº 750/93, a falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação. Assim, as alternativas "A" e "B" estão corretas. Resta, portanto, a alternativa "C", nosso gabarito. Não podemos afirmar que a confiabilidade tem prioridade em relação à tempestividade da informação produzida. Conforme a NBC TG 00 – Estrutura Conceitual,

*43. Quando há demora indevida na divulgação de uma informação, é possível que ela perca a relevância. **A Administração da entidade necessita ponderar os méritos relativos entre a tempestividade da divulgação e a confiabilidade da informação fornecida.** Para fornecer uma informação na época oportuna pode ser necessário divulgá-la antes que todos os aspectos de uma transação ou evento sejam conhecidos, prejudicando assim a sua confiabilidade. Por outro lado, se para divulgar a informação a entidade aguardar até que todos os aspectos se tornem conhecidos, a informação pode ser altamente confiável, porém de pouca utilidade para os usuários que tenham tido necessidade de tomar decisões nesse ínterim. Para atingir o adequado equilíbrio entre a relevância e a confiabilidade, o princípio básico consiste em identificar qual a melhor forma para satisfazer as necessidades do processo de decisão econômica dos usuários.*

Gabarito: C

- 15.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2011.2) O Princípio de Contabilidade que afirma que, uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos podem sofrer variações decorrentes da aplicação do custo corrente, valor realizável, valor presente, valor justo e atualização monetária é o Princípio do(a):
- a) Competência.
- b) Continuidade.
- c) Entidade.
- d) Registro pelo Valor Original.

A questão refere-se ao princípio do Registro pelo Valor Original. Referido princípio determina que **os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações**, expressos em moeda nacional.

O quadro a seguir resume as bases de mensuração decorrentes deste princípio:

### **Bases de Mensuração**

	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Valor descontado?</b>
<b>Custo Histórico</b>	Valor na data da aquisição	Valor recebido ou valor para liquidar no curso normal das operações	Não
<b>Custo Corrente</b>	Valor para adquirir na data do balanço	Valor para liquidar na data do balanço	Não
<b>Valor Realizável</b>	Valor obtido pela venda de forma ordenada	Valor para liquidar no curso normal das operações	Não
<b>Valor Presente</b>	Valor presente do fluxo de entradas esperado no curso normal	Valor presente do fluxo de saídas para liquidar no curso normal	<b>Sim</b>
<b>Valor justo</b>	Valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos.		Não
<b>Atualização Monetária</b>	Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.		Não

Gabarito: D

**16.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2011.2) Em relação aos Princípios de Contabilidade e sua respectiva conceituação, relacione a primeira coluna à segunda e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- |   |  |
|---|--|
| (1) Princípio da Entidade                     | ( ) Pressupõe que a Entidade foi constituída para operar por tempo indeterminado e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.   |
| (2) Princípio da Continuidade                 | ( ) Determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.   |
| (3) Princípio da Oportunidade                 | ( ) Reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. |
| (4) Princípio do Registro pelo Valor Original | ( ) Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.  |

A sequência CORRETA é:

- a) 1, 3, 2, 4.
- b) 2, 4, 1, 3.
- c) 4, 2, 1, 3.
- d) 1, 3, 4, 2.

Questão simples que exige conhecimentos literais da Resolução CFC nº 750/93. Relacionando as colunas temos:

### **Princípio da Continuidade**

(2) *Pressupõe que a Entidade foi constituída para **operar por tempo indeterminado** e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.*

### **Princípio do Registro pelo Valor Original**

(4) *Determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos **valores originais** das transações, expressos em moeda nacional.*

### **Princípio da Entidade**

(1) *Reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a **autonomia patrimonial**, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos.*

### Princípio do Registro pelo Valor Original

(3) Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações **íntegras** e **tempestivas**.

Observe as palavras-chave destacadas. É muito importante na hora da prova identificá-las, pois facilita a resolução da questão.

Gabarito: B

**17.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2011.2) Os valores correspondentes à remuneração de férias e adicional de férias a que os empregados terão direito são registrados como despesa:

- a) a cada período trabalhado, em atendimento ao Princípio da Competência.
- b) a cada período trabalhado, em atendimento ao Princípio da Entidade.
- c) no momento da concessão das férias, em atendimento aos Princípios da Competência e da Oportunidade.
- d) no momento do pagamento das férias, em atendimento aos Princípios da Prudência e da Continuidade.

O Princípio da Competência determina que **os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.**

Logo, os valores correspondentes à remuneração de férias e adicional de férias a que os empregados terão direito **são registrados como despesa a cada período trabalhado**, em atendimento ao Princípio da Competência.

Segundo a NBC TG 00 – Estrutura Conceitual,

#### **Regime de Competência**

22. *A fim de atingir seus objetivos, demonstrações contábeis são preparadas conforme o regime contábil de competência. Segundo esse regime, os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorrem (e não quando caixa ou outros recursos financeiros são recebidos ou pagos) e são lançados nos registros contábeis e reportados nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem. As demonstrações contábeis preparadas pelo regime de competência informam aos usuários não somente sobre transações passadas envolvendo o pagamento e recebimento de caixa ou outros recursos financeiros, mas também sobre obrigações de pagamento no futuro e sobre recursos que serão recebidos no futuro. Dessa forma, apresentam informações sobre transações passadas e outros eventos que sejam as*

*mais úteis aos usuários na tomada de decisões econômicas. O regime de competência pressupõe a confrontação entre receitas e despesas.*

Gabarito: A

**18.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2011.1) Presume-se que a entidade não tem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação, nem reduzir materialmente a escala das suas operações; se tal intenção ou necessidade existir, as demonstrações contábeis têm que ser preparadas numa base diferente e, nesse caso, tal base deverá ser divulgada.

A afirmação acima tem por base o Princípio da:

- a) Continuidade.
- b) Oportunidade.
- c) Prudência.
- d) Relevância

O Princípio da Continuidade pressupõe que **a entidade continuará em operação no futuro** e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância. Pelo Princípio da Continuidade, a apropriação de receitas e despesas pressupõe que a entidade continuará funcionando.

Segundo a NBC TG 00 – Estrutura Conceitual,

### **Continuidade**

*23. As demonstrações contábeis são normalmente preparadas no pressuposto de que a entidade continuará em operação no futuro previsível. Dessa forma, **presume-se que a entidade não tem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação, nem reduzir materialmente a escala das suas operações; se tal intenção ou necessidade existir, as demonstrações contábeis têm que ser preparadas numa base diferente e, nesse caso, tal base deverá ser divulgada.***

Observe que a questão transcreve literalmente o disposto na NBC TG 00.

Gabarito: A

**19.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2011.1) A respeito dos Princípios de Contabilidade, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. A observância dos Princípios de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade.

II. Os ativos avaliados pelo seu valor de liquidação baseiam-se no Princípio da Continuidade, pressupondo que a Entidade continuará em operação no futuro.

III. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Está(ao) CERTO(S) apenas o(s) item(ns):

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II.
- d) III.

Vamos analisar cada um dos itens.

Item I – **Certo**. Nos termos da Resolução CFC nº 750/93, a observância dos Princípios de Contabilidade é **obrigatória** no exercício da profissão e constitui **condição de legitimidade** das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

Item II – **Errado**. Segundo o mestre Iudícibus,

*se o contador julgar que a entidade não terá condições de continuar operando por muito tempo, esta circunstância deveria ser claramente apontada. **Não se aplicariam, no caso, os princípios de Contabilidade, na continuidade tal como se encontram hoje, e os ativos seriam avaliados por seu valor provável de realização.***

Logo, os ativos avaliados pelo seu valor de liquidação não estão baseados no princípio da continuidade.

Item III – **Certo**. Transcrição literal da Resolução CFC nº 750/93.

Gabarito: B

**20.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2011.1) Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas, afirmando que a falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da

informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância. Este enunciado refere-se à aplicação do Princípio:

- a) da Competência.
- b) da Oportunidade.
- c) da Prudência.
- d) do Registro pelo Valor Original.

Lembre-se: **Integridade + tempestividade = oportunidade**

No que se refere à integridade e à tempestividade, observe o que preceitua a NBC TG 00 – Estrutura Conceitual:

### *Integridade*

*38. Para ser confiável, a informação constante das demonstrações contábeis deve ser completa, dentro dos limites de materialidade e custo. Uma omissão pode tornar a informação falsa ou distorcida e, portanto, não-confiável e deficiente em termos de sua relevância.*

### *Tempestividade*

*43. Quando há demora indevida na divulgação de uma informação, é possível que ela perca a relevância. A Administração da entidade necessita ponderar os méritos relativos entre a tempestividade da divulgação e a confiabilidade da informação fornecida. Para fornecer uma informação na época oportuna pode ser necessário divulgá-la antes que todos os aspectos de uma transação ou evento sejam conhecidos, prejudicando assim a sua confiabilidade. Por outro lado, se para divulgar a informação a entidade aguardar até que todos os aspectos se tornem conhecidos, a informação pode ser altamente confiável, porém de pouca utilidade para os usuários que tenham tido necessidade de tomar decisões nesse ínterim. Para atingir o adequado equilíbrio entre a relevância e a confiabilidade, o princípio básico consiste em identificar qual a melhor forma para satisfazer as necessidades do processo de decisão econômica dos usuários.*

Gabarito: B

**21.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2011.1) Sobre o Princípio da Competência, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. Os efeitos das transações são registrados quando trazem algum impacto para o patrimônio da entidade, independente do seu impacto nas disponibilidades da empresa ou em outro elemento do Ativo ou do Passivo.

II. O Princípio da Competência pressupõe que a receita realizada e as despesas, quando pagas, estão devidamente confrontadas.

III. O lucro da empresa em um período, apurado segundo o Princípio da Competência, representa o aumento líquido nas disponibilidades da empresa neste período.

Estão CERTOS os itens:

- a) II e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e II, apenas.
- d) I, apenas.

O Princípio da Competência determina que **os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento** pressupondo a **simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas**.

Assim, somente o item I está correto.

A expressão “quando pagas” torna o item II errado. Quanto ao item III, não podemos afirmar que o lucro da empresa de um período está ligado ao aumento das disponibilidades. Observe que o princípio da competência é claro nesse sentido: **os efeitos das transações são reconhecidos independentemente do recebimento (aumento líquido das disponibilidades)**.

Gabarito: D

## Parte II - Questões de outras bancas

1. (FCC/ICMS/SP/2013) O Princípio

I. da Entidade estabelece que o patrimônio pertence à entidade e que não se confunde com o patrimônio dos seus sócios ou proprietários.

II. da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio não precisam levar em conta esta circunstância.

III. do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

IV. da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos em que ocorrem os respectivos recebimentos ou pagamentos. Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

Vamos analisar os itens.

O item I está **certo**. Segundo o art. 4º da Resolução CFC nº 750/93,

*Art. 4º O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por conseqüência, nesta acepção, o **Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.***

O item II está **errado**. A mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio **precisam** levar em conta o pressuposto de que a Entidade continuará em operação no futuro.

O item III está **certo**. Segundo o art. 7º da Resolução CFC nº 750/93,

*Art. 7º O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.*

O item IV está **errado**. No regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas nos períodos a que se referem, independentemente de quando se efetiva o pagamento. Assim, se realizarmos em dezembro uma venda a prazo, mas que seja paga somente em janeiro, o reconhecimento da receita se dá em dezembro, independentemente de o pagamento ter ocorrido somente em janeiro.

Gabarito: A

2. (FCC/DPE/SP/2013) Em relação aos Princípios de Contabilidade, considere:

I. Na aplicação dos Princípios de Contabilidade, há situações concretas em que os aspectos formais devem prevalecer sobre a essência das transações.

II. O Princípio da competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

III. Os princípios do Registro pelo Valor Original, Atualização Monetária, Competência e Prudência são princípios de contabilidade.

IV. O princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

De acordo com a Resolução CFC nº 750/93 e alterações posteriores, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.

O item I está **errado**. Como vimos,

O item II está **certo**. Conforme art. 9º, da Resolução CFC nº 750/93,

*Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.*

*Parágrafo único. **O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.** (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)*

O item III está **errado**. Com o advento da Resolução CFC nº 1.282/10, a atualização monetária deixou de ser um princípio específico e passou a integrar o de Registro pelo Valor Original.

O item IV está **certo**. Segundo a Resolução nº 750/93 do CFC,

**Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.**

*Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)*

Lembre-se que uma informação será **íntegra** quando for **baseada em documentos**, contratos, etc que garantam a fidedignidade da informação contábil.

Será **tempestiva** quando a **informação contábil** chegue ao conhecimento do usuário **em tempo hábil**, a fim de que este possa utilizá-la para seus fins.

Gabarito: A

**3.** (FCC/Auditor/TCE-SP/2013) Em relação aos fatores que podem ocasionar variações nos componentes patrimoniais, ativos e passivos, após serem integrados ao Patrimônio, considere as afirmativas a seguir:

I. Atualização Monetária: os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis por meio do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

II. Valor Justo: os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis.

III. Custo Corrente: os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis.

IV. Valor Presente: os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações de uma entidade.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) II e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

O item I está **correto**. Conforme art. 7º, §1º, II, “e”, da Res. CFC 750/93, atualizada pela Res. CFC 1.282/10:

**“e) Atualização monetária. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais”.**

O Item II está **errado**. O Valor Justo “é o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos”.

O item III está **correto**. Conforme art. 7º, §1º, II, “a”, da Res. CFC 750/93, atualizada pela Res. CFC 1.282/10:

**“a) Custo corrente. Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis”.**

O item IV está **correto**. Conforme art. 7º, §1º, II, “c”, da Res. CFC 750/93, atualizada pela Res. CFC 1.282/10:

**“c) Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade”.**

Gabarito: C

4. (FCC/MPE-AP/2012) Na mensuração dos ativos a custo corrente os ativos

(A) monetários são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalente de caixa que poderiam ser obtidos pela sua venda em forma ordinária.

(B) são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de entradas líquidas de caixa, que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações.

(C) são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los na data da aquisição.

(D) são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que teriam de ser pagos se esses mesmos ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data do balanço.

(E) são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor atualizado dos recursos entregues para adquiri-los na data da alienação.

Pessoal, uma dica: falou em **custo corrente**, identifique as seguintes palavras-chave, em se tratando de **ativo**: "**montantes/valores**", "**pagos**" e "**data do balanço/demonstrações contábeis**". Perceba que somente com esse conhecimento acertaríamos a questão! Caso a questão se refira a passivo: "**montantes/valores**", "**liquidar**" e "**data do balanço/demonstrações contábeis**".

Vamos revisar os conceitos, destacando as palavras-chave:

I – **Custo histórico**: Os **ativos** são registrados pelos **valores pagos ou a serem pagos** em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos que são entregues para adquiri-los **na data da aquisição**. Os **passivos** são registrados pelos **valores** dos recursos que foram **recebidos em troca da obrigação** ou, em algumas circunstâncias, pelos **valores** em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão **necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações**.

II – **Variação do custo histórico**: Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

a) **Custo corrente** → Os **ativos** são reconhecidos pelos **valores em caixa** ou equivalentes de caixa, os quais **teriam de ser pagos** se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na **data ou no período**

das **demonstrações contábeis**. Os **passivos** são reconhecidos pelos **valores em caixa** ou equivalentes de caixa, **não descontados**, que seriam **necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis**;

**b) Valor realizável** → Os **ativos** são mantidos pelos **valores** em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser **obtidos pela venda em uma forma ordenada**. Os **passivos** são mantidos pelos **valores em caixa** e equivalentes de caixa, **não descontados**, que se espera seriam **pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade**;

**c) Valor presente** → Os **ativos** são mantidos pelo **valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa** que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os **passivos** são mantidos pelo **valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa** que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade;

**d) Valor justo** → É o **valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos**; e

**e) Atualização monetária** → **Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.**

### Bases de Mensuração

	Ativo	Passivo	Valor descontado?
<b>Custo Histórico</b>	Valor na data da aquisição	Valor recebido ou valor para liquidar no curso normal das operações	Não
<b>Custo Corrente</b>	Valor para adquirir na data do balanço	Valor para liquidar na data do balanço	Não
<b>Valor Realizável</b>	Valor obtido pela venda de forma ordenada	Valor para liquidar no curso normal das operações	Não
<b>Valor Presente</b>	Valor presente do fluxo de entradas esperado no curso normal	Valor presente do fluxo de saídas para liquidar no curso normal	<b>Sim</b>
<b>Valor justo</b>	Valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um		Não

	passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos.	
<b>Atualização Monetária</b>	Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.	Não

Gabarito: D

**5.** (FCC/APOFP-SP/2010) A integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram, está relacionada ao Princípio Fundamental de Contabilidade da

- Entidade.
- Oportunidade.
- Continuidade.
- Prudência.
- Competência.

A questão refere-se ao Princípio da Oportunidade. Lembra-se das palavras-chave? Integridade e tempestividade! Só com o conhecimento dessas palavras conseguimos “matar” quase que a totalidade das questões que versam sobre o Princípio da Oportunidade. Para massificar:

*Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.*

*Parágrafo único. A falta de **integridade** e **tempestividade** na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação. [\(Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10\)](#)*

Gabarito: B

**6.** (FCC/ Técnico Judiciário/Contabilidade/TRF2/2012) Refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e de suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram. Essa é a descrição do princípio contábil da

- a) Prudência.
- b) Relevância.
- c) Entidade.
- d) Essência sobre a Forma.
- e) Oportunidade.

E aí pessoal... como já sabemos, falou em integridade e tempestividade, marca logo o item referente ao Princípio da Oportunidade e parte para o abraço!

Gabarito: E

**7.** (FCC/Analista Judiciário/ Contabilidade/TRE-SP/2012) Segundo a Resolução nº 750/1993, do Conselho Federal de Contabilidade, levando-se em consideração as modificações promovidas pela Resolução nº 1.282/2010 do mesmo Conselho, o Princípio da Contabilidade que se refere ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas, é denominado Princípio

- a) do Registro pelo Valor Original.
- b) da Competência.
- c) da Prudência.
- d) da Oportunidade.
- e) da Entidade.

Mais uma vez a FCC exige conhecimento do Princípio da Oportunidade! Lembre-se que uma informação será **íntegra** quando for **baseada em documentos**, contratos, etc que garantam a fidedignidade da informação contábil.

Será **tempestiva** quando a **informação contábil** chegue ao conhecimento do usuário **em tempo hábil**, a fim de que este possa utilizá-la para seus fins.

Gabarito: D

**8.** (FCC/Auditor/TCE-SP/2008) De acordo com os princípios contábeis emanados pelo Conselho Federal de Contabilidade, o reconhecimento como acréscimo de situação líquida decorrente da geração natural de novos ativos independentemente de intervenção de terceiros está contido no princípio contábil da

- a) Realização da receita.
- b) Prudência.
- c) Oportunidade.
- d) Competência.
- e) Entidade.

Nessa questão o candidato deveria ter noção sobre o reconhecimento de receitas. Quando há geração natural de novos ativos independentemente de intervenção de terceiros como, por exemplo, o nascimento de um semovente (boi, porco, cavalo, etc), temos a realização de uma receita, momento em que esta deverá ser reconhecida na contabilidade, conforme o princípio da competência.

Gabarito: D

**9.** (FCC/Analista Judiciário/Contadoria/TRF2/2007) A Cia. Constelar, nos últimos exercícios, vem atravessando sérias dificuldades financeiras em função de dois outros concorrentes terem se instalado na mesma região, disputando um mercado que anteriormente era somente seu, gerando, em seus acionistas, preocupação quanto à sobrevivência futura da empresa. Apesar desse fato o Diretor Presidente da empresa autoriza o reconhecimento após resultados de valores recebidos por serviços a serem executados no período seguinte.

Esse procedimento contraria o disposto no Princípio Contábil estabelecido pelas Normas Brasileiras da Contabilidade

- a) da tempestividade.
- b) do denominador monetário.
- c) da materialidade.
- d) da competência.
- e) do custo como base de valor.

Pessoal, muitas vezes a banca conta uma historinha triste para tentar enrolar o candidato. Nesses casos, temos que achar as expressões-chave, de maneira a identificar qual o princípio contábil envolvido. Nessa questão o seguinte trecho indica a resposta:

*"... o Diretor Presidente da empresa autoriza o **reconhecimento após resultados de valores recebidos por serviços a serem executados no período seguinte**".*

Traduzindo... a empresa está aplicando o regime de caixa em detrimento do regime de competência, maculando, portanto, o princípio da competência.

Gabarito: D

- 10.** (FCC/Auditor Substituto de Conselheiro/TCE-RO/2010) De acordo com o CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação na emissão de debêntures devem ser apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, o que ilustra a aplicação do princípio
- a) da competência.
  - b) do registro pelo valor original.
  - c) da entidade.
  - d) da oportunidade.
  - e) da prudência.

Palavras-chave: “**apropriados ao resultado**”; “**Prazo**”.

Conforme estudamos, o Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam **reconhecidos nos períodos** a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

Observe que a apropriação dos custos ao resultado em função da fluência do prazo está estritamente ligada ao reconhecimento no período a que se refere, não é mesmo? A banca cita o CPC 08, mas não precisávamos conhecer o teor do pronunciamento, pois o conhecimento dos princípios é suficiente para “matarmos” a questão.

Gabarito: A

- 11.** (FCC/Auditor Fiscal Tributário Municipal/ISS-SP/2007) A tempestividade e a integridade do registro do patrimônio e suas variações, independentemente das causas que as originaram, constitui o fulcro do Princípio Contábil da
- a) Oportunidade.
  - b) Competência.
  - c) Entidade.
  - d) Prudência.
  - e) Continuidade.

Para massificar!

Lembre-se: **tempestividade + integridade = oportunidade**.

Gabarito: A

- 12.** (FCC/Analista Judiciário/ Contabilidade/TRE-MS/2007) A empresa Alfa manufatura calçados, sendo que o processo produtivo se inicia com a compra do couro em peles e termina com a confecção final dos calçados. A empresa iniciou suas atividades em 01.01.2006. Em 31.12.2006 todos

os custos de mão de obra direta e custos indiretos de fabricação referentes ao exercício de 2006 haviam sido apropriados ao resultado do exercício. Na contagem física dos inventários constatou-se que um quinto de toda a produção de calçados do exercício não havia sido vendida. De acordo com estas informações podemos afirmar que a empresa Alfa nas suas demonstrações contábeis NÃO observou o Princípio Fundamental de Contabilidade – Resolução CFC nº 750;

- a) Entidade.
- b) Oportunidade.
- c) Competência.
- d) Atualização Monetária.
- e) Prudência.

Trata-se de uma questão bem elaborada pela FCC, porém de fácil resolução. O Princípio da Competência pressupõe a **simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas**. Sendo assim, a empresa não poderia apropriar ao resultado todos os custos de mão de obra direta e custos indiretos de fabricação, pois parte da produção ainda não foi vendida (um quinto). Portanto, um quinto do total do custo não deveria ter sido apropriado ao resultado do exercício.

Gabarito: C

**13.** (FCC/Técnico Judiciário/Contabilidade/TRT3/2009) O Princípio da Oportunidade refere-se a duas características para o registro do patrimônio e das suas mutações. São elas:

- a) tempestividade e integridade.
- b) confiabilidade e objetividade.
- c) competência e prudência.
- d) relevância e confiabilidade.
- e) materialidade e consistência.

Perceba que a FCC é fascinada pelo Princípio da Oportunidade. Como já é de nosso conhecimento, as duas características ligadas a esse princípio são a tempestividade e a integridade.

Gabarito: A

**14.** (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRT3/2009) A constituição da provisão para devedores duvidosos está relacionada com os princípios

- a) da entidade e da objetividade.
- b) da continuidade e da atualização monetária.
- c) do registro pelo valor original e da materialidade.
- d) da consistência e da oportunidade.
- e) da competência e da prudência.

Percebam, camaradas, que apenas com o conhecimento dos princípios contábeis, poderíamos detonar a questão, pois somente uma possui dois princípios estabelecidos na norma, senão vejamos:

- a) da entidade e da ~~objetividade~~.
- b) da continuidade e da ~~atualização monetária~~.
- c) do registro pelo valor original e da ~~materialidade~~.
- d) da ~~consistência~~ e da oportunidade.
- e) da competência e da prudência.

Resta-nos a alternativa "E". Nunca foi tão fácil ☺

Não entraremos no conceito de provisões, pois em momento oportuno estudaremos o assunto com os devidos detalhes. Por ora, saiba que a constituição da provisão para devedores duvidosos está relacionada aos princípios da competência e da prudência.

Gabarito: E

- 15.** (FCC/Analista Judiciário/Contadoria/TRF3/2007) A Cia. Juazeiro do Norte adquiriu material de escritório no mês de fevereiro de 2007 com prazo para pagamento de 60 dias. O material foi totalmente utilizado pela companhia em março de 2007. Em respeito ao princípio da competência, a companhia
- a) deve reconhecer a despesa com material de escritório em março de 2007.
  - b) deve reconhecer o gasto com material de escritório como despesa em abril de 2007.
  - c) teve uma perda com material de escritório em abril de 2007.
  - d) efetuou um desembolso financeiro em fevereiro de 2007.
  - e) deve contabilizar o gasto em fevereiro de 2007 como despesa diferida.

Como já é de nosso conhecimento, o Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento. Sendo assim, como o material foi utilizado em março, devemos reconhecer a respectiva despesa nesse período (março 2007).

Gabarito: A

- 16.** (FCC/Analista Judiciário/Contadoria/TRF3/2007) No encerramento do exercício social, o contador da Cia. Juazeiro do Sul desconsiderou memorando que lhe foi enviado pelo departamento jurídico da sociedade no qual era comunicado que a Cia. Ouro Branco, cliente tradicional da companhia, estava em processo de falência. Ao deixar de fazer um ajuste

na conta de Duplicatas a Receber, o contador transgrediu o Princípio Fundamental de Contabilidade denominado Princípio da

- a) Entidade.
- b) Tempestividade.
- c) Oportunidade.
- d) Prudência.
- e) Materialidade.

Conforme estudamos, o Princípio da Prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido. Referido princípio pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.

Sendo assim, ao deixar de fazer um ajuste na conta de Duplicatas a Receber, tendo em vista que o cliente estava em processo de falência, o contador acaba transgredindo o princípio da prudência, pois está superestimando o ativo e subestimando despesas (perda com clientes).

Gabarito: D

**17.** (FEPESE/Contador/Pref. Florianópolis/2006) Assinale a alternativa correta quanto aos Princípios Fundamentais de Contabilidade:

- a. ( ) O cerne do Princípio da Continuidade está na autonomia do patrimônio a ela pertencente. O princípio em exame afirma que o patrimônio deve revestir-se do atributo de autonomia em relação a todos os outros Patrimônios existentes, pertencendo a uma Entidade, no sentido de sujeito suscetível à aquisição de direitos e obrigações.
- b. ( ) O Princípio da Continuidade refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.
- c. ( ) A observância do Princípio da Entidade é indispensável à correta aplicação do Princípio da Competência por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de se constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.
- d. ( ) Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam o núcleo central da própria Contabilidade, na sua condição de ciência social, sendo

a ela inerentes. Os princípios constituem as vigas-mestras de uma ciência, revestindo-se dos atributos de universalidade e veracidade, conservando validade em qualquer circunstância. No caso da Contabilidade, presente seu objeto, seus Princípios Fundamentais de Contabilidade valem para todos os patrimônios, independentemente das Entidades a que pertencem, as finalidades para as quais são usados, a forma jurídica da qual estão revestidos, sua localização, expressividade e quaisquer outros qualificativos, desde que gozem da condição de autonomia em relação aos demais patrimônios existentes.

e. ( ) A compreensão do cerne do Princípio da Prudência está diretamente ligada ao entendimento das variações patrimoniais e sua natureza. Nestas encontramos duas grandes classes: a daquelas que somente modificam a qualidade ou a natureza dos componentes patrimoniais, sem repercutirem no montante do Patrimônio Líquido, e das que o modificam. As primeiras são denominadas de "qualitativas", ou "permutativas", enquanto as segundas são chamadas de "quantitativas", ou "modificativas". Cumpre salientar que estas últimas sempre implicam a existência de alterações qualitativas no patrimônio, a fim de que permaneça inalterado o equilíbrio patrimonial.

A alternativa "A" refere-se ao princípio da Entidade. A opção "B" trata do princípio da Oportunidade. Lembre-se das palavras-chave: tempestividade + integridade = oportunidade. Na alternativa "C", temos a aplicação do princípio da continuidade e não entidade, conforme informa o item. A alternativa "D" é o gabarito da nossa questão e foi extraído do item 1.3 do Anexo da Resolução nº 774 de 16.12.1994, do Conselho Federal de Contabilidade, emitido à época com o intuito de melhor explicar a Resolução nº 750/93, senão vejamos:

*"Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam o núcleo central da própria Contabilidade, na sua condição de ciência social, sendo a ela inerentes. Os princípios constituem sempre as vigas-mestras de uma ciência, revestindo-se dos atributos de universalidade e veracidade, conservando validade em qualquer circunstância. No caso da Contabilidade, presente seu objeto, seus Princípios Fundamentais de Contabilidade valem para todos os patrimônios, independentemente das Entidades a que pertencem, as finalidades para as quais são usados, a forma jurídica da qual estão revestidos, sua localização, expressividade e quaisquer outros qualificativos, desde que gozem da condição de autonomia em relação aos demais patrimônios existentes. (...)"*

Destaca-se que hoje essa resolução está revogada pela Resolução CFC nº 1282/2010, porém o texto ainda é válido para o nosso estudo.

A alternativa “E” foi extraída da Res. 774 (já revogada) e refere-se ao princípio da competência.

Gabarito: D

**18.** (FEMPERJ/Analista de Controle Externo/TCE-RJ/2012) Com as recentes alterações, a Lei Societária reforçou a importância dos princípios de contabilidade para o reporte da informação. Para fins de demonstrações contábeis, vigora a força dos princípios, dando corpo para prevalecer a essência econômica da transação sobre a forma jurídica dos contratos. Nesse contexto, o Conselho Federal de Contabilidade reformou recentemente a resolução CFC nº 750/1993. Conforme a Resolução CFC n.º 1282/2010:

a) os princípios de contabilidade que orientam a prática contábil no Brasil são: o da entidade; o da continuidade; o da oportunidade; o do registro pelo valor original; o da atualização monetária; o da competência; e o da prudência;

b) a atualização monetária representa nova avaliação dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período;

c) uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes de alguns fatores, entre eles o dos efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional;

d) o princípio da prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que isso contribuir para o aumento do patrimônio líquido;

e) a reversão decorrente de perdas estimadas relativas ao valor recuperável de ativos é uma prática conflitante com o princípio do registro pelo valor original.

Vamos analisar as alternativas...

a) **Errada**. De acordo com as alterações promovidas pela Resolução CFC n.º 1282/2010, **a atualização monetária não consta mais no rol dos princípios de contabilidade**. Trata-se, atualmente, de um subprincípio vinculado ao princípio do registro pelo valor original.

b) **Errada**. Segundo o art. 7º, §2º, III da Resolução CFC nº 750/93,

Art. 7º O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

[...]

§ 2º São resultantes da adoção da atualização monetária:

[...]

**III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.** *(Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)*

c) **Certa.** Conforme art. 7º, §1º, II, "e" da Resolução CFC nº 750/93,

Art. 7º O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

[...]

§ 1º As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas:

[...]

II – Variação do custo histórico. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

[...]

**e) Atualização monetária. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.**

d) **Errada.** A assertiva contraria o que dispõe o princípio da prudência, previsto no art. 10 da Resolução CFC nº 750/93.

Gabarito: C

e) **Errada.** Diferentemente do que afirma o item, a reversão decorrente de perdas estimadas relativas ao valor recuperável de ativos é uma prática coerente com o princípio do registro pelo valor original.

Gabarito: C

**19.** (ESAF/Analista de Finanças e Controle/Contábil/STN/2013) O Princípio de Contabilidade, segundo as normas do Conselho Federal de

Contabilidade, que pressupõe a simultaneidade no reconhecimento das despesas e receitas relativas a uma determinada venda de produto ou serviço, é o Princípio da

- a) Continuidade.
- b) Oportunidade.
- c) Atualização monetária.
- d) Competência.
- e) Prudência.

Questão simples que exige conhecimento do princípio da competência.

Conforme art. 9º, da Resolução CFC nº 750/93,

*Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.*

*Parágrafo único. **O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.** (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)*

Gabarito: D

**20.** (FEPESE/Técnico em Contabilidade/UFFS/2009) Quanto aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, destacamos alguns. Correlacione a coluna 2 com a coluna 1.

**Coluna 1**

- 1. Princípio da Entidade
- 2. Princípio do Registro pelo Valor Original
- 3. Princípio da Competência
- 4. Princípio da Oportunidade
- 5. Princípio da Prudência

**Coluna 2**

( ) Refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja

feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que a originaram.

( ) Reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade de diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes.

( ) Determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

( ) As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

( ) A avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta, assinalada de cima para baixo.

a. ( ) 2 – 1 – 4 – 3 – 5

b. ( ) 4 – 1 – 5 – 3 – 2

c. ( ) 3 – 2 – 1 – 4 – 5

d. ( ) 4 – 3 – 5 – 2 – 1

e. ( ) 3 – 1 – 5 – 4 – 2

O primeiro item refere-se ao princípio da Oportunidade. Segundo a Resolução nº 750/93 do CFC,

**Art. 6º O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.**

*Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)*

Lembre-se que uma informação será **íntegra** quando for **baseada em documentos**, contratos, etc que garantam a fidedignidade da informação contábil.

Será **tempestiva** quando a **informação contábil** chegue ao conhecimento do usuário **em tempo hábil**, a fim de que este possa utilizá-la para seus fins.

O segundo item refere-se ao princípio da Entidade. Segundo o art. 4º da Resolução CFC nº 750/93,

*Art. 4º **O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por conseqüência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.***

O terceiro item refere-se ao princípio da Prudência. Segundo o art. 10º da Resolução CFC nº 750/93,

***O Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.***

*Parágrafo único. O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)*

O quarto item refere-se ao princípio da Competência. Conforme art. 9º, da Resolução CFC nº 750/93,

*Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.*

*Parágrafo único. **O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.** (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)*

O quinto item refere-se ao princípio do Registro pelo Valor Original. A redação exposta no item já está revogada. Atualmente, segundo o art. 7º da Resolução CFC nº 750/93,

*Art. 7º O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos **valores originais das transações**, expressos em moeda nacional.*

Sendo assim, a sequência correta fica: 4 – 1 – 5 – 3 – 2

Gabarito: B

**21.** (VUNESP/Contador Judiciário/TJ-SP/2013) Acerca das demonstrações financeiras, conforme disciplinadas pela Lei n.º 6.404/76, é correto afirmar que a escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e da referida lei e aos princípios da contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de

- a) frequência.
- b) seletividade.
- c) prioridade.
- d) permanência.
- e) competência.

Mais uma questão barbada. O candidato que possuía o mínimo conhecimento sobre os princípios contábeis marcaria a alternativa “E”, pois é a única que descreve um princípio contábil. As demais alternativas não representam princípios. Gabarito: E

**22.** (FEPESE/Magistério Contabilidade/UFFS/2010) De acordo com a Resolução CFC nº 750/93, **não** é princípio fundamental da contabilidade:

- a. ( ) Entidade
- b. ( ) Prudência
- c. ( ) Objetividade
- d. ( ) Continuidade
- e. ( ) Oportunidade

Conforme estudamos, atualmente, de acordo com a Resolução CFC nº 750/93, atualizada pela Resolução CFC nº 1.282/10, os Princípios de Contabilidade são seis (alterei a ordem da Resolução):

- **Oportunidade;**
- **Prudência;**
- **Registro pelo Valor Original;**
- **Competência;**
- **Continuidade;**
- **Entidade;**

Observe que “Objetividade” não consta do rol acima descrito.

Para quem gosta de mnemônicos, acabo de inventar um: O P Re Co C E (“O Precoce”). Pode ser que seja válido.

Gabarito: C

**23.** (ESAF/ATA/MF/2013) O Conselho Federal de Contabilidade aprovou os princípios fundamentais de contabilidade dispostos na Resolução CFC 750/93. Segundo essas regras, o Princípio Fundamental de Contabilidade que reconhece o patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, é o princípio

- a) patrimonialista.
- b) da prudência.
- c) da entidade.
- d) do conservadorismo.
- e) da competência.

Segundo o art. 4º da Resolução CFC nº 750/93,

*Art. 4º O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.*

**Observação:** Apesar de a banca ter se referido a “Princípios Fundamentais de Contabilidade”, atualmente o correto é “Princípios de Contabilidade”. O termo “fundamentais” caiu por terra com o advento da Resolução CFC nº. 1.282/10. Gabarito: C

**24.** (CESPE/AFT/2013) Julgue o próximo item, relativo aos princípios de contabilidade fixados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

O cumprimento do princípio da prudência é indispensável à correta aplicação do princípio da competência.

**O princípio da prudência independe da aplicação do princípio da competência.** O princípio da prudência deve ser aplicado apenas quando houver duas alternativas igualmente válidas que alteram o patrimônio líquido. Já o princípio da competência possui aplicação compulsória, ou seja, deve ser sempre aplicado. Sendo assim, percebe-se que existe nítida independência entre os referidos princípios. O item, portanto, está **errado**.

**25.** (CESPE/PCF/Área 1/2013) Julgue o item seguinte, de acordo com os princípios de contabilidade e as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Considere que o contador de determinada sociedade empresária tenha observado ser possível utilizar três opções para quantificar as mutações patrimoniais, todas igualmente válidas, de acordo com as normas contábeis brasileiras. Considere, ainda, que a tabela a seguir apresente os valores resultantes dessas estimativas.

	opção 1	opção 2	opção 3
ativo	1.000	900	900
passivo exigível	700	500	700

Nesse caso, segundo o princípio da prudência, a opção 3 será a recomendável para reconhecimento do patrimônio, pois apresenta a menor situação líquida.

Pessoal, situação líquida é o mesmo que patrimônio líquido (PL). Estudaremos isso na próxima aula. Por ora, devemos saber que a situação líquida pode ser encontrada com o uso da seguinte equação:

$$\text{PL} = \text{Ativo} - \text{Passivo}.$$

Realizando os cálculos, chegamos aos seguintes valores de PL:

	Opção 1	Opção 2	Opção 3
Ativo	1.000	900	900
Passivo Exigível	700	500	700
PL	300	400	200

De fato temos que, segundo o princípio da prudência, a opção 3 será a recomendável para reconhecimento do patrimônio, pois apresenta a menor situação líquida. Sendo assim, percebe-se que o item está **certo**.

**26.** (FEPESE/Contador/UFFS/2009) A empresa Afogados comprou, em setembro de 2009, material de expediente em valor expressivo para ser utilizado em seu escritório durante os próximos 12 meses, registrando o valor da compra, integralmente, em conta de despesas.

Qual o princípio contábil não-observado?

- a. ( ) Da Oportunidade
- b. ( ) Da Competência
- c. ( ) Da Prudência
- d. ( ) Do Registro pelo Valor Original
- e. ( ) Entidade

Lembre-se: Competência → independente do pagamento ou recebimento.

Pelo princípio da Competência, as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre

simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

O procedimento correto no caso exposto pela questão é apropriar a despesa à medida que ela for incorrida, mês a mês. Digamos que no mês 1 a empresa consumiu R\$ 1.000,00 de material de expediente. Nesse caso, esse valor será apropriado como despesa no resultado. O restante continuará ativado no patrimônio da empresa.

Gabarito: B

**27.** (ESAF/Analista/Controle e Fiscalização/SUSEP/2010) A legislação vigente sobre as sociedades anônimas estabelece o que deve ser computado na determinação do resultado do exercício. Diz a lei que devem ser incluídas as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente de sua realização em moeda, bem como os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

Ao analisar essa determinação, pode-se dizer que, com ela, a lei está consagrando o princípio contábil

- a) da Oportunidade.
- b) da Realização da Receita.
- c) da Prudência.
- d) da Igualdade Contábil.
- e) da Competência.

A inclusão das receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente de sua realização em moeda, bem como os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos, caracteriza o Princípio da Competência.

Conforme art. 9º, da Resolução CFC nº 750/93,

*Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.*

Gabarito: E

**28.** (ESAF/Fiscal de Rendas/Prefeitura-RJ/2010) Assinale abaixo a única opção que contém uma afirmativa verdadeira.

- a) Pelo princípio da continuidade, a entidade deverá existir durante o prazo estipulado no contrato social e terá seu Patrimônio contabilizado a Custo Histórico.
- b) Para obedecer o princípio contábil da prudência, quando houver duas ou mais hipóteses de realização possível de um item, deve ser utilizada aquela que representar um maior ativo ou um menor passivo.
- c) Segundo o princípio da competência, as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que, efetivamente, ocorrerem os recebimentos ou pagamentos respectivos.
- d) O princípio da oportunidade determina que os registros contábeis sejam feitos com tempestividade, no momento em que o fato ocorra, e com integralidade, pelo seu valor completo.
- e) Existe um princípio contábil chamado "Princípio da Atualização Monetária" que reconhece que a atualização monetária busca atualizar o valor de mercado e não o valor original; por isso, não se trata de uma "correção", mas apenas de uma "atualização" dos valores.

A alternativa "A" está **errada**. **Não há correlação entre o princípio da continuidade e o contrato social**. Ademais, o custo histórico é a base de mensuração mais comum, porém não é a única. Normalmente o custo histórico é combinado com outras bases de avaliação. Exemplo clássico são os estoques que geralmente são mantidos pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização.

A alternativa "B" está **errada**. O Princípio da Prudência preceitua o contrário do que afirma o item, ou seja, quando houver duas ou mais hipóteses de realização possível de um item, deve ser utilizada aquela que representar um **menor ativo ou um maior passivo**.

A alternativa "C" está **errada**. Nessa situação, temos o princípio de caixa. O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

A alternativa "D" está **certa**. O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

A alternativa "E" está **errada**. Com o advento da Resolução CFC nº 1.282/10, a atualização monetária deixou de ser um princípio específico e passou a integrar o de Registro pelo Valor Original. Gabarito: D

**29.** (FEPESE/Contador/UFFS/2012) A Resolução CFC nº 750/1993 consagra os Princípios de Contabilidade, que são de observância obrigatória no exercício da profissão contábil, constituindo condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Assinale a alternativa que indica a definição de princípio **incorreta**.

a. ( ) O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta essa circunstância.

b. ( ) Princípio da Oportunidade refere-se à necessidade da Administração Pública utilizar e gerenciar quaisquer tipos de informações em benefício da cidadania.

c. ( ) O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

d. ( ) O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

e. ( ) O Princípio da prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

Somente a alternativa "B" estava "fora da casinha", não é mesmo? Conforme estudamos, **o princípio da oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas**

As demais alternativas são transcrições literais da Res. 750/93.

Gabarito: B

**30.** (CESPE/Consultor do Executivo/Ciências Contábeis/SEFAZ-ES/2010) Julgue o próximo item de acordo com a Resolução do CFC n.º 750/1993, que dispõe acerca dos princípios fundamentais de contabilidade.

Considere a seguinte situação hipotética.

Pedro comprou com dinheiro da sua empresa um imóvel residencial. A escritura desse bem foi feita em nome de Pedro, enquanto o registro contábil dessa operação foi realizado no ativo imobilizado da empresa de Pedro.

Nessa situação, o registro contábil da operação descrita está de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade.

O Princípio da Entidade reconhece o **Patrimônio como objeto da Contabilidade** e afirma a **autonomia patrimonial**, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, **o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários**, no caso de sociedade ou instituição. **O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira.**

Sendo assim, percebe-se que o item está **errado**, pois não pode os bens da entidade serem confundidos com os bens dos respectivos sócios, fato ocorrido no caso apresentado pela questão, ferindo, portanto, o princípio da entidade.

**31.** (CESPE/Perito/Contabilidade/MPU/2010) Com base nos princípios fundamentais de contabilidade, julgue o item subsequente.

Alvo de constantes críticas, o custo histórico como base de valor sofreu alterações com a aprovação da Lei nº 11.638/2007.

A Resolução CFC nº 1.282/10 incorporou ao Princípio do Registro pelo Valor Original modificações que já vinham sendo adotadas alternativamente no ambiente legal, regulamentar e normativo brasileiro.

Em primeiro lugar, cabe destacar que as variações no custo histórico como o custo corrente e valor realizável já estavam previstas na própria Lei nº 6.404/76 quando se referia à adoção do custo ou mercado, dos dois o menor para avaliação dos estoques.

Ademais, o conceito do valor presente já era adotado pelas companhias abertas principalmente para itens como Clientes e Fornecedores por determinação da Comissão dos Valores Mobiliários (CVM).

A atualização monetária, por sua vez, deixou de ser um princípio específico e passou a integrar o de Registro pelo Valor Original.

Por fim, o conceito mais inovador que foi introduzido é o de valor justo. Sendo assim, o item está **certo**.

**32.** (CESPE/Perito/Contabilidade/MPU/2010) Com base nos princípios fundamentais de contabilidade, julgue o item subsequente.

Considere que uma empresa, após sucessivos prejuízos, ao atingir passivos superiores a seus ativos, teve a falência decretada. Nessa situação, essa empresa ainda é uma entidade contábil.

A entidade contábil é formada pelo patrimônio que lhe dá personalidade jurídica. Em que pese a decretação de falência, a empresa continua com a personalidade jurídica e, portanto, com o patrimônio até que a liquidação seja processada. Assim, a empresa ainda é uma entidade contábil com a decretação da falência. Nos termos do art. 219 da Lei nº 6.404/76,

*Art. 219. Extingue-se a companhia:*

*I - pelo encerramento da liquidação;*

*II - pela incorporação ou fusão, e pela cisão com versão de todo o patrimônio em outras sociedades.*

O item está **certo**.

**33.** (FEPESE/Contador/PGE-SC/2010) "A observância do Princípio da \_\_ (1) \_\_ é indispensável à correta aplicação do Princípio da \_\_ (2) \_\_, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de se constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado".

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto.

- a. ( ) (1) prudência ; (2) oportunidade
- b. ( ) (1) oportunidade ; (2) prudência
- c. ( ) (1) continuidade ; (2) competência
- d. ( ) (1) oportunidade ; (2) competência

e. ( ) (1) continuidade ; (2) oportunidade

A questão tomou por base o texto anterior da Resolução, senão vejamos:

~~Art. 5º § 2º **A observância do Princípio da CONTINUIDADE é indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA**, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.~~

Art. 5º O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)

Apesar do texto ter sido revogado, é muito comum até hoje a exigência desse dispositivo, pois **sua essência permanece válida**. Vejamos um exemplo para que fique mais claro:

Imagine que uma empresa adquiriu um veículo por meio de um financiamento em 72 meses. Pelo princípio da competência, a empresa deverá apropriar os juros mensalmente. Bem... agora imagine que por motivos adversos a empresa tenha que descontinuar suas atividades, ou seja, encerrar suas operações. Observe que nesse caso, não há que se falar em apropriação por competência, pois o financiamento seria cobrado imediatamente, não havendo espaço, portanto, para aplicação do princípio da competência. Por isso que **a observância do Princípio da CONTINUIDADE é indispensável à correta aplicação do Princípio da COMPETÊNCIA.**

Gabarito: C

**34.** (CESPE/Perito/Contabilidade/MPU/2010) Com base nos princípios fundamentais de contabilidade, julgue o item subsequente.

Para o Conselho Federal de Contabilidade brasileiro, os conceitos de entidade contábil e de continuidade, mais do que princípios, são postulados, axiomas com base nos quais se constrói a teoria contábil.

Como não há normativos sobre postulados ou convenções nas Normas Brasileiras de Contabilidade, não há como se afirmar que, para o CFC, os conceitos de entidade contábil e de continuidade, mais do que princípios, são postulados, axiomas com base nos quais se constrói a teoria contábil. Se o item fizesse referência à doutrina poderíamos aceitar a resposta

como correta, porém pela visão oficial do CFC a assertiva de fato está **errada**.

**35.** (VUNESP/Contador Judiciário/TJM SP/2011) O Princípio da Entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, a um conjunto de pessoas, a uma sociedade ou a uma instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Esse axioma nos leva ao entendimento de que o Patrimônio pertence à Entidade, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de Patrimônio não resulta em nova Entidade, mas

- numa nova organização social com destinação financeira direcionadas ao sócios.
- numa nova entidade com fortalecido poder econômico.
- numa unidade de natureza econômico-contábil.
- na estrutura conceitual básica da contabilidade, em que ativo é a diferença entre passivo e patrimônio líquido.
- numa nova unidade de negócios.

Depois do que vimos até aqui essa está de barbada, não? Para massificar:

*Art. 4º O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por conseqüência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.*

*Parágrafo único – O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. **A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.***

Gabarito: C

**36.** (FEPESE/Contador/UFGS/2012) Quanto ao princípio do Registro pelo valor Original, é **incorreto** afirmar:

a. Valor justo. É o valor pelo qual um ativo pode ser liquidado, ou um passivo trocado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos.

b. Custo corrente. Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis.

c. Valor realizável. Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade.

d. Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade.

e. Atualização monetária. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

Nesse tipo de questão o(a) candidato(a) deve estar alerta, pois a banca apenas troca uma palavra, o que acaba invalidando o item. E aí, conseguiu identificar o “troca-troca”? Observe que na alternativa “A” o item troca as palavras ativo por passivo, senão vejamos:

Valor justo. É o valor pelo qual um ~~ativo~~ **passivo** pode ser liquidado, ou um **ativo** ~~passivo~~ trocado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos.

As demais questões são transcrições literais da Res. 750/93.

Gabarito: A

**37.** (FGV/Contador/Codesp/2010) A Cia. Maranhão prestou serviços para um cliente localizado no exterior durante o mês de outubro de 2009. Essa é a primeira operação efetuada com um cliente internacional. A empresa

irá receber 90% do valor no mês de novembro e 10% no mês de dezembro. Quando a Cia. Maranhão deve reconhecer contabilmente a receita com a prestação de serviços?

(A) Em virtude de ser um cliente no exterior, deve reconhecer no momento do recebimento definitivo, ou seja, em dezembro de 2009.

(B) Em virtude de ser um cliente no exterior, deve reconhecer no momento do recebimento de cada parcela, ou seja, 90% do valor em novembro e 10% em dezembro de 2009.

(C) Mesmo sendo um cliente no exterior, deve reconhecer quando o serviço foi prestado, ou seja, em outubro de 2009.

(D) Mesmo sendo um cliente internacional, deve reconhecer de acordo com o recebimento, ou seja, 90% do valor em novembro e 10% em dezembro de 2009.

(E) Em virtude de ser um cliente no exterior e a primeira negociação, deve constituir uma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em outubro e baixá-la conforme o recebimento.

Pessoal, não interessa se o cliente é do exterior ou não. Independente disso, o serviço prestado deve ser reconhecido como receita, pelo princípio da competência, no momento da ocorrência de seu fato gerador. Sendo assim, não deve haver preocupação se houve pagamento ou não. O que realmente importa é o momento em que o serviço foi prestado, ou seja, o fato gerador. Portanto, no caso apresentado pela questão, deve ser reconhecida a receita em outubro de 2009, quando o serviço foi prestado (fato gerador). Gabarito: C

**38.** (FGV/Contador/Badesc/2010) A respeito dos Princípios Contábeis, analise os textos a seguir.

“Desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência.”

“A escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.”

“O reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração.”

Os princípios referidos nos textos são, respectivamente:

- a) competência, oportunidade e prudência
- b) oportunidade, prudência e continuidade
- c) oportunidade, prudência e competência
- d) entidade, prudência e competência
- e) registro pelo valor original, oportunidade e competência.

A seguir destaco as palavras-chave que indicam cada princípio:

“Desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência.”

O item refere-se ao **Princípio da Oportunidade**.

“A escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.”

O item refere-se ao **Princípio da Prudência**.

“O reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração.”

O item refere-se ao **Princípio da Competência**.

Gabarito: C

**39.** (CESPE/Analista de Controle Interno/SECGE-PE/2010) Entre os princípios fundamentais da contabilidade, há um em que a garantia jurídica da propriedade é um requisito indispensável, pois é a única forma de caracterização do direito ao exercício de poder sobre o patrimônio controlado. Este é o princípio da

- a) entidade.
- b) continuidade.
- c) oportunidade.
- d) competência.
- e) prudência.

O comando da questão apresenta uma descrição não trivial relacionada ao princípio da entidade. A palavra-chave que nos ajuda é “propriedade”. Se o candidato estivesse atento a essa palavra acertaria a questão. Pessoal,

essa dica é válida para todos os princípios... na hora de revisar esse assunto, procure memorizar as palavras-chave que foram destacadas no decorrer da nossa aula. Conforme estudamos, o Princípio da Entidade preceitua que o patrimônio dos sócios não se confunde com o da empresa/entidade.

Gabarito: A

**40.** (CEPERJ/Contador/DEGASE-RJ/2011) As provisões, sejam do ativo ou do passivo, e que representam valores cujas perfeitas quantificações dependem de fatos ainda não concretizados, devem ser contabilizadas em obediência aos seguintes princípios da contabilidade:

- a) valor original, competência e continuidade.
- b) continuidade, valor original e entidade.
- c) prudência, continuidade e materialidade.
- d) valor original, competência e oportunidade.
- e) prudência, oportunidade e competência.

De cara já podemos descartar as alternativas "A", "B" e "D", pois como os fatos ainda não foram concretizados, não há espaço para aplicação do Princípio do Registro pelo Valor Original. Como a alternativa "C" está errada, pois materialidade não é princípio contábil, resta-nos a alternativa "E".

Gabarito: E

**41.** (CEPERJ/Contador/ITERJ/2012) Em 31 de dezembro, data de encerramento do exercício social de uma determinada empresa comercial, o contador realizou diversos ajustes na contabilidade e um deles, com base no saldo da conta Duplicatas a Receber, foi a constituição e apropriação da provisão para créditos de liquidação duvidosa. O contador realizou esse registro em cumprimento aos seguintes princípios de contabilidade:

- a) continuidade, prudência e registro pelo valor original
- b) registro pelo valor original, continuidade e entidade
- c) entidade, competência e atualização monetária
- d) atualização monetária, prudência e oportunidade
- e) oportunidade, prudência e competência.

Olhe a semelhança dessa questão com a anterior... por isso é importante resolvermos muitas questões, pois as bancas acabam repetindo a exigência. Mais uma vez vamos resolver por exclusão. De cara dá para

excluímos as alternativas “C” e “D”, pois como já sabemos a atualização monetária não é mais um princípio. E, como provisão é estimativa, não há espaço para aplicação do Princípio do Registro pelo Valor Original. Assim, as alternativas “A” e “B” estão erradas. Resta-nos, portanto, a alternativa “E”. Gabarito: E

**42.** (FEPESE/Contador SEF-SC/2009) Quanto aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, destacamos alguns. Correlacione os princípios abaixo com as suas características a seguir:

**Princípios:**

1. Princípio da Entidade
2. Princípio da Continuidade
3. Princípio da Competência
4. Princípio da Oportunidade
5. Princípio da Prudência

**Características**

- ( ) refere-se à tempestividade e a à integridade.
- ( ) mantém distinção entre o patrimônio da empresa e dos sócios.
- ( ) adoção de menor valor para o Ativo e maior para o Passivo.
- ( ) independe do recebimento ou pagamento.
- ( ) pressupõe prazo de vida indefinido.

Assinale a alternativa que indica a correlação **correta**.

- a. ( ) 2, 1, 4, 3, 5
- b. ( ) 3, 1, 5, 4, 2
- c. ( ) 3, 2, 1, 4, 5
- d. ( ) 4, 1, 5, 3, 2
- e. ( ) 4, 3, 5, 2, 1

**(4) refere-se à tempestividade e a à integridade**

Tempestividade + Integridade = Oportunidade

**(1) mantém distinção entre o patrimônio da empresa e dos sócios.**

Distinção entre patrimônios = Entidade

Perceba que somente com essas duas assertivas já poderíamos encontrar o gabarito e partir para a próxima questão! No dia da prova não fique perdendo tempo nesse tipo de questão...

a. ~~( ) 2, 1, 4, 3, 5~~

b. ~~( ) 3, 1, 5, 4, 2~~

c. ~~( ) 3, 2, 1, 4, 5~~

d. ( ) **4, 1, 5, 3, 2**

e. ~~( ) 4, 3, 5, 2, 1~~

**(5) adoção de menor valor para o Ativo e maior para o Passivo.**

↓ Ativo      ↑ Passivo → Prudência

**(3) independe do recebimento ou pagamento.**

As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento = Competência.

**(2) pressupõe prazo de vida indefinido.**

Prazo indefinido = Continuidade

Sendo assim, a sequência ficou: **4, 1, 5, 3, 2**

Gabarito: D

**43.** (CESPE/Contador/ECT/2011) Pelo princípio da continuidade, pressupõe-se que, em algum momento, toda entidade entrará em liquidação, sendo necessário o reconhecimento de tal fato para fins de avaliação de seus ativos e passivos.

O princípio da Continuidade pressupõe que **a entidade continuará em operação no futuro** e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância. Portanto, o item está **errado**.

**44.** (FEPESE/Técnico/MP-SC/2014) O princípio da ..... reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade com ou sem fins lucrativos. Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto.

- a. ( ) Entidade
- b. ( ) Prudência
- c. ( ) Competência
- d. ( ) Continuidade
- e. ( ) Oportunidade

Questão tranquila. Bastava o candidato conhecer o teor do Princípio da Entidade. Em nosso curso estudamos que o Princípio da Entidade reconhece o **patrimônio como objeto da Contabilidade** e afirma a **autonomia patrimonial**, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos.

Por consequência, nesta acepção, **o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários**, no caso de sociedade ou instituição.

**O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira.** A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos **não resulta em nova ENTIDADE**, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.

Uma unidade de natureza econômico-contábil não possui personalidade jurídica própria. É a agregação de patrimônios independentes do grupo econômico-financeiro.

Gabarito: A

.....

**That's All Folk's!**

Bem, pessoal, por hoje é só. Aproveitem o **resumo** que vem logo em seguida. No próximo encontro, estudaremos o seguinte ponto do nosso edital:

**Patrimônio e Variações Patrimoniais:** Conceituação, ativos, passivos, patrimônio líquido, aspecto qualitativo e quantitativo do patrimônio, representação gráfica do patrimônio, equação básica da contabilidade. Atos e fatos contábeis (permutativos, modificativos e mistos), formação, subscrição e integralização de capital, registros de mutações patrimoniais e apuração do resultado (receitas e despesas).

Além disso, teremos mais uma série de questões comentadas. Espero você lá! Bons estudos!

**POSSATI**

[gilmarpossati@estrategiaconcursos.com.br](mailto:gilmarpossati@estrategiaconcursos.com.br)

[www.facebook.com.br/profgilmarpossati](https://www.facebook.com.br/profgilmarpossati)

**RESUMO-ESQUEMÁTICO**

**PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE**

reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes

**1 Entidade**

o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição

O patrimônio pertence à entidade, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.

**2 Continuidade**

pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro.

A continuidade está fortemente vinculada à observância do Princípio da Competência e vice-versa.

Não há correlação entre o princípio da continuidade e o contrato social.

refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

**3 Oportunidade**

**Integridade** necessidade de as variações serem reconhecidas na sua totalidade, isto é, sem qualquer falta ou excesso.

**Tempestividade**

obriga que as variações sejam registradas no momento em que ocorrerem, mesmo na hipótese de alguma incerteza.

A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

**Custo Histórico**

ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos para adquiri-los na data da aquisição  
passivos pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou pelos valores em caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações

**Custo Corrente**

ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis.  
passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis.

**Valor Realizável**

Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada.  
Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade.

**Valor Presente**

Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade.  
Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade.

**Valor Justo**

É o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos.

**Atualização Monetária**

Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

**Resultantes da atualização monetária**

moeda não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo.  
para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional  
atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data.

**4 Registro pelo Valor Original**

**Variações do Custo Histórico**

**5 Competência**

determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

**6 Prudência**

determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados.

## Lista das questões apresentadas na aula

### Questões de Fixação

**QF1.** (CESPE/Perito/Contabilidade/MPU/2010) Com base nos princípios fundamentais de contabilidade, julgue o item subsequente.

Um conglomerado econômico-financeiro, constituído pela soma dos patrimônios dos entes que o compõem, não constitui entidade contábil.

**QF2.** (Cesgranrio/Analista/Contabilidade/Casa da Moeda do Brasil/2012) O princípio fundamental da Contabilidade que preceitua que o tratamento destinado à pessoa jurídica da empresa deve ser distinto das pessoas físicas e/ou jurídicas de seus proprietários é o princípio da

- (A) competência
- (B) continuidade
- (C) prudência
- (D) oportunidade
- (E) entidade

**QF3.** (FGV/Auditor da Receita Estadual-AP/2010) O princípio contábil que influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da entidade tem prazo determinado, previsto ou previsível é:

- a) o princípio da prudência.
- b) o princípio da continuidade.
- c) o princípio da oportunidade.
- d) o princípio da atualização monetária.
- e) o princípio da competência.

**QF4.** (CESPE/Agente Polícia Federal/2012) Julgue o item que se segue, a respeito dos princípios de Contabilidade.

Segundo o princípio da oportunidade, é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação, pois a falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância.

**QF5.** (FCC/Analista Judiciário/TRE-SP/Contabilidade/2012) Segundo a Resolução nº 750/1993, do Conselho Federal de Contabilidade, levando-se em consideração as modificações promovidas pela Resolução nº 1.282/2010 do mesmo Conselho, o Princípio da Contabilidade que se refere ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas, é denominado Princípio

- a) do Registro pelo Valor Original.
- b) da Competência.
- c) da Prudência.
- d) da Oportunidade.
- e) da Entidade.

**QF6.** (CESPE/Agente Polícia Federal/2012) Julgue o item que se segue, a respeito dos princípios de contabilidade.

De acordo com o princípio do registro do valor original, a atualização monetária não representa nova avaliação, mesmo gerando o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante aplicação de indexadores e outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda.

**QF7.** (FCC/Auditor/TCE-SP/2013) Em relação aos fatores que podem ocasionar variações nos componentes patrimoniais, ativos e passivos, após serem integrados ao Patrimônio, considere as afirmativas a seguir:

I. Atualização Monetária: os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis por meio do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

II. Valor Justo: os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis.

III. Custo Corrente: os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis.

IV. Valor Presente: os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações de uma entidade.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) II e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

**QF8.** (CESPE/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE-RJ/2012) O Conselho Federal de Contabilidade e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis são responsáveis pela elaboração das normas contábeis comumente aceitas. Sobre essas normas, julgue o item que se segue.

De acordo com o princípio da competência, todas as variações patrimoniais devem ser registradas de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

**QF9.** (CESPE/Técnico Judiciário/Contabilidade/TRE-MS/2013) No mês de dezembro de 2012, em uma empresa hipotética, ocorreram os fatos descritos a seguir.

- Despesa de janeiro de 2013, paga em dezembro de 2012 = R\$ 1.000,00;
- Despesa de dezembro de 2012, a ser paga em janeiro de 2013 = R\$ 2.000,00;
- Despesa de dezembro de 2012, paga em novembro de 2012 = R\$ 4.000,00;
- Receita de janeiro de 2013, recebida em dezembro de 2012 = R\$ 5.000,00;
- Receita de dezembro de 2012, a ser recebida em janeiro de 2013 = R\$ 6.000,00;
- Receita de dezembro de 2012, recebida em dezembro de 2012 = R\$ 8.000,00.

De acordo com os princípios de contabilidade, na situação hipotética acima descrita, o resultado da empresa em dezembro de 2012 foi igual a

- a) R\$ 12.000,00.
- b) R\$ 14.000,00.
- c) R\$ 6.000,00.
- d) R\$ 8.000,00.
- e) R\$ 10.000,00.

**QF10.** (FCC/Técnico Judiciário/Contabilidade/TRF2/2012) O princípio fundamental de contabilidade que estabelece que o reconhecimento das receitas deva ocorrer simultaneamente com o das despesas a ela correlacionadas denomina-se princípio da

- a) Entidade.
- b) Oportunidade.
- c) Continuidade.
- d) Competência.
- e) Materialidade.

**QF11.** (ESAF/Contador/MF/2013) Quando, ao avaliar o estoque final de mercadorias, procuramos atender à recomendação “custo ou mercado, o que for menor”, estamos observando um princípio fundamental de contabilidade.

Indique abaixo qual é esse princípio.

- a) Consistência.
- b) Objetividade.
- c) Oportunidade.
- d) Materialidade.
- e) Prudência.

### Questões FBC

**1.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2014.2) Em relação às variações do custo histórico previstas na Resolução CFC nº 750/93, considerando-se o Princípio da Continuidade, assinale a opção CORRETA.

- a) Uma vez integrado ao patrimônio, um ativo pode sofrer variação decorrente da constatação de que o seu valor justo é superior ao custo de aquisição.
- b) Uma vez integrado ao patrimônio, um ativo pode sofrer variação decorrente da constatação de que o seu valor realizável é superior ao custo de aquisição.
- c) Uma vez integrado ao patrimônio, um ativo ou passivo pode sofrer variação decorrente do custo corrente que representa o valor presente dos ativos e passivos, menos os fluxos de saídas e entradas de caixa.
- d) Uma vez integrado ao patrimônio, um ativo ou passivo pode sofrer variação decorrente da atualização monetária quando se determina o valor de troca dos ativos ou passivos objetos de avaliação em um mercado ativo.

**2.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2014.1) Considerando a Resolução CFC nº 750/93, relate o nome dos Princípios de Contabilidade, apresentados na coluna da esquerda, com as respectivas definições apresentadas na coluna da direita e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

(1) Princípio da Continuidade

( ) Determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

(2) Princípio da Oportunidade

( ) Determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

(3) Princípio do Registro pelo Valor Original

( ) Pressupõe que a entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.

(4) Princípio da Competência

( ) Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

A sequência CORRETA é

- a) 1, 2, 3, 4.
- b) 1, 3, 2, 4.
- c) 3, 4, 1, 2.
- d) 4, 3, 2, 1.

3. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2013.2) Relacione a situação descrita na primeira coluna com o Princípio de Contabilidade na segunda coluna e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- (1) Uma empresa industrial constituiu uma provisão para perda em questão judicial trabalhista. A provisão foi constituída porque a perda foi avaliada como altamente provável, e as estimativas de valor eram confiáveis, embora não fosse possível mensurar o exato valor a ser pago no futuro. ( ) Entidade
- (2) Uma empresa comercial avalia os Estoques ao custo ou Valor Realizável Líquido, dos dois o menor. Se houvesse previsão de descontinuidade, a empresa poderia abandonar a mensuração pelo custo, e os Estoques poderiam ser avaliados apenas a valores de saída. ( ) Oportunidade
- (3) Uma empresa controladora repassou recursos financeiros para sua controlada e registrou esses recursos como Empréstimos a Empresas Ligadas, no Ativo. ( ) Continuidade

A sequência CORRETA é:

- a) 2, 1, 3.
- b) 1, 3, 2.
- c) 3, 1, 2.
- d) 3, 2, 1.

4. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2013.1) Uma sociedade empresária reconhece uma provisão para garantias concedidas aos clientes, no mesmo período em que são registradas as vendas. Apesar de não ser possível prever o valor exato a ser gasto no futuro, com cada cliente, a provisão é constituída e o valor da provisão é calculado com base nas melhores estimativas disponíveis, e em bases confiáveis.

Justificam o procedimento adotado pela empresa os Princípios:

- a) da Relevância e do Registro pelo Valor Original.
- b) da Prudência e do Custo Histórico.
- c) da Oportunidade e da Competência.
- d) da Continuidade e da Objetividade.

5. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2013.1) A descrição "Pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância." refere-se ao Princípio da:

- a) Competência.
- b) Continuidade.
- c) Entidade.
- d) Oportunidade

6. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2013.1) Uma empresa perdeu um processo de licitação por sua escrituração contábil não apresentar informações íntegras e tempestivas, na produção e na divulgação da informação contábil, ocasionando a perda da relevância das informações contábeis deixando-as sem confiabilidade.

Essa empresa foi penalizada por descumprir o Princípio da:

- a) Competência.
- b) Continuidade.

- c) Entidade.
- d) Oportunidade.

**7.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2013.1) Com base na Resolução CFC n.º 750/93 e alterações posteriores, que trata dos Princípios de Contabilidade, assinale a opção CORRETA:

- a) O Princípio da Continuidade reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e diferencia o patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes.
- b) O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.
- c) O Princípio da Prudência exige integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil para não ocasionar perda de relevância.
- d) O Princípio do Conservadorismo determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

**8.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2012.2) Em 22.12.2011, uma sociedade efetuou uma exportação de mercadorias, no valor de U\$470.000,00, com recebimento previsto para 15 dias. Na data da transação, o valor da venda correspondia a R\$900.000,00. Considerando que o valor a receber da empresa varia de acordo com a cotação da moeda americana e, considerando, ainda, os Princípios de Contabilidade estabelecidos na Resolução 750/93 e alterações posteriores, é CORRETO afirmar que o valor a receber:

- a) na data da transação será registrado pelo seu valor histórico e a diferença na variação da moeda deverá ser reconhecida no resultado somente na data da liquidação da operação com o recebimento do valor alterado.
- b) na data da transação deverá ser registrado, considerando a previsão da taxa de câmbio na data da liquidação e, dessa forma, se houver uma previsão na redução da taxa de câmbio a receita da venda a ser reconhecida será reduzida por esta variação.
- c) deverá refletir os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional, devendo ser reconhecidos nos registros contábeis o ajuste em decorrência da alteração na taxa de câmbio de acordo com Princípio da Competência.
- d) deverá refletir os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda estrangeira, devendo ser reconhecidos nos registros contábeis o ajuste em decorrência da alteração na taxa de câmbio de acordo com Regime de Caixa.

**9.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2012.2) Considerando uma empresa que apura o resultado de janeiro a dezembro, de acordo com a Resolução CFC n.º 750/93 – Princípios de Contabilidade e alterações posteriores, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. Os salários correspondentes ao pessoal da administração do mês de dezembro pagos em janeiro foram considerados como despesa em janeiro.

II. O salário do pessoal da produção do mês de janeiro, pago em fevereiro e cujos produtos foram vendidos no mês de fevereiro, foi considerado na apuração do resultado da empresa em janeiro.

III. Um contrato de seguro com cobertura para os meses de setembro a agosto foi considerado como despesa no mês de contratação e pagamento.

Estão em DESACORDO com a Resolução CFC n.º 750/93 – Princípios de Contabilidade e alterações posteriores, as situações descritas nos itens:

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

**10.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2012.2) Considerando os Princípios de Contabilidade dispostos na Resolução CFC 750/93 e alterações posteriores, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

II. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso, é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

III. O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

Estão CORRETOS os itens:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III, apenas.

**11.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2012.2) Considerando o que dispõe a Resolução CFC n.º 750/93, que trata dos Princípios de Contabilidade, no que se refere ao Princípio do Registro pelo Valor Original, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. A moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo.

II. Para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido.

III. A atualização monetária fere o Princípio do Registro pelo Valor Original por representar uma nova avaliação, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, F.
- b) F, F, V.
- c) V, V, F.
- d) V, V, V.

**12.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2012.1) Aproveitando o desconto fornecido para pagamento antecipado do imposto em cota única, uma sociedade empresária efetuou, em janeiro de 2012, o pagamento do Imposto sobre Veículos Automotores – IPVA incidente sobre os veículos de sua propriedade e relativo ao ano de 2012. Os veículos são utilizados para entregas das mercadorias vendidas aos clientes. O registro do imposto pago foi efetuado a débito de conta de despesa a parcela relativa ao mês de janeiro, e a débito de conta de ativo o montante relativo aos demais meses.

De acordo com a Resolução CFC n.º 750/93, o princípio que justifica o registro descrito de apenas uma parcela do valor pago em conta de despesa é o Princípio da:

- a) Competência.
- b) Objetividade.
- c) Prudência.

d) Tempestividade.

**13.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2011.2) Em relação à aplicação do Princípio do Registro pelo Valor Original, assinale a opção CORRETA.

a) A aplicação do Princípio do Registro pelo Valor Original implica que os ativos e passivos sejam registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa, não sendo admitida outras bases de mensuração, tais como valor realizável, valor presente e valor justo.

b) A atualização monetária representa nova avaliação, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda em um dado período, constituindo-se, portanto, em um descumprimento do Princípio do Registro pelo Valor Original.

c) A atualização monetária representa o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período, não representando um descumprimento Princípio ao Registro pelo Valor Original.

d) A redação atualizada da Resolução CFC n.º 750/93, que trata dos Princípios de Contabilidade, feita pela Resolução n.º 1.282/10, aboliu o Princípio do Registro pelo Valor Original por estar em desacordo com as novas normas contábeis brasileiras, convergentes às normas internacionais de contabilidade.

**14.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2011.2) Em relação à aplicação do Princípio da Oportunidade, assinale a opção INCORRETA.

a) A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância.

b) É necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação, de forma a tentar equilibrar as duas qualidades.

c) É necessário considerar que a confiabilidade tem prioridade em relação à tempestividade da informação produzida, sendo sempre preferível sacrificar a tempestividade em prol da confiabilidade.

d) Este Princípio de Contabilidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

**15.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2011.2) O Princípio de Contabilidade que afirma que, uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos podem sofrer variações decorrentes da aplicação do custo corrente, valor realizável, valor presente, valor justo e atualização monetária é o Princípio do(a):

a) Competência.

b) Continuidade.

c) Entidade.

d) Registro pelo Valor Original.

**16.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2011.2) Em relação aos Princípios de Contabilidade e sua respectiva conceituação, relacione a primeira coluna à segunda e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- |   |  |
|---|--|
| (1) Princípio da Entidade                     | ( ) Pressupõe que a Entidade foi constituída para operar por tempo indeterminado e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.   |
| (2) Princípio da Continuidade                 | ( ) Determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.   |
| (3) Princípio da Oportunidade                 | ( ) Reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. |
| (4) Princípio do Registro pelo Valor Original | ( ) Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.  |

A sequência CORRETA é:

- a) 1, 3, 2, 4.
- b) 2, 4, 1, 3.
- c) 4, 2, 1, 3.
- d) 1, 3, 4, 2.

**17.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2011.2) Os valores correspondentes à remuneração de férias e adicional de férias a que os empregados terão direito são registrados como despesa:

- a) a cada período trabalhado, em atendimento ao Princípio da Competência.
- b) a cada período trabalhado, em atendimento ao Princípio da Entidade.
- c) no momento da concessão das férias, em atendimento aos Princípios da Competência e da Oportunidade.
- d) no momento do pagamento das férias, em atendimento aos Princípios da Prudência e da Continuidade.

**18.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2011.1) Presume-se que a entidade não tem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação, nem reduzir materialmente a escala das suas operações; se tal intenção ou necessidade existir, as demonstrações contábeis têm que ser preparadas numa base diferente e, nesse caso, tal base deverá ser divulgada.

A afirmação acima tem por base o Princípio da:

- a) Continuidade.
- b) Oportunidade.
- c) Prudência.
- d) Relevância

**19.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2011.1) A respeito dos Princípios de Contabilidade, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. A observância dos Princípios de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade.

II. Os ativos avaliados pelo seu valor de liquidação baseiam-se no Princípio da Continuidade, pressupondo que a Entidade continuará em operação no futuro.

III. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Está(ao) CERTO(S) apenas o(s) item(ns):

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II.
- d) III.

**20.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2011.1) Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas, afirmando que a falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância. Este enunciado refere-se à aplicação do Princípio:

- a) da Competência.
- b) da Oportunidade.
- c) da Prudência.
- d) do Registro pelo Valor Original.

**21.** (FBC/Exame de Suficiência CFC/Técnico/2011.1) Sobre o Princípio da Competência, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

I. Os efeitos das transações são registrados quando trazem algum impacto para o patrimônio da entidade, independente do seu impacto nas disponibilidades da empresa ou em outro elemento do Ativo ou do Passivo.

II. O Princípio da Competência pressupõe que a receita realizada e as despesas, quando pagas, estão devidamente confrontadas.

III. O lucro da empresa em um período, apurado segundo o Princípio da Competência, representa o aumento líquido nas disponibilidades da empresa neste período.

Estão CERTOS os itens:

- a) II e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e II, apenas.
- d) I, apenas.

### Questões de Outras Bancas

**1.** (FCC/ICMS/SP/2013) O Princípio

I. da Entidade estabelece que o patrimônio pertence à entidade e que não se confunde com o patrimônio dos seus sócios ou proprietários.

II. da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio não precisam levar em conta esta circunstância.

III. do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

IV. da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos em que ocorrem os respectivos recebimentos ou pagamentos. Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

**2.** (FCC/DPE/SP/2013) Em relação aos Princípios de Contabilidade, considere:

- I. Na aplicação dos Princípios de Contabilidade, há situações concretas em que os aspectos formais devem prevalecer sobre a essência das transações.
- II. O Princípio da competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.
- III. Os princípios do Registro pelo Valor Original, Atualização Monetária, Competência e Prudência são princípios de contabilidade.
- IV. O princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

De acordo com a Resolução CFC nº 750/93 e alterações posteriores, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.

**3.** (FCC/Auditor/TCE-SP/2013) Em relação aos fatores que podem ocasionar variações nos componentes patrimoniais, ativos e passivos, após serem integrados ao Patrimônio, considere as afirmativas a seguir:

I. Atualização Monetária: os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis por meio do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

II. Valor Justo: os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis.

III. Custo Corrente: os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis.

IV. Valor Presente: os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações de uma entidade.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) II e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

**4.** (FCC/MPE-AP/2012) Na mensuração dos ativos a custo corrente os ativos

- (A) monetários são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalente de caixa que poderiam ser obtidos pela sua venda em forma ordinária.
- (B) são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de entradas líquidas de caixa, que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações.
- (C) são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los na data da aquisição.
- (D) são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que teriam de ser pagos se esses mesmos ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data do balanço.
- (E) são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor atualizado dos recursos entregues para adquiri-los na data da alienação.

**5.** (FCC/APOFP-SP/2010) A integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram, está relacionada ao Princípio Fundamental de Contabilidade da

- a) Entidade.
- b) Oportunidade.
- c) Continuidade.
- d) Prudência.
- e) Competência.

**6.** (FCC/ Técnico Judiciário/Contabilidade/TRF2/2012) Refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e de suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram. Essa é a descrição do princípio contábil da

- a) Prudência.
- b) Relevância.
- c) Entidade.
- d) Essência sobre a Forma.
- e) Oportunidade.

**7.** (FCC/Analista Judiciário/ Contabilidade/TRE-SP/2012) Segundo a Resolução nº 750/1993, do Conselho Federal de Contabilidade, levando-se em consideração as modificações promovidas pela Resolução no 1.282/2010 do mesmo Conselho, o Princípio da Contabilidade que se refere ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas, é denominado Princípio

- a) do Registro pelo Valor Original.
- b) da Competência.
- c) da Prudência.
- d) da Oportunidade.
- e) da Entidade.

**8.** (FCC/Auditor/TCE-SP/2008) De acordo com os princípios contábeis emanados pelo Conselho Federal de Contabilidade, o reconhecimento como acréscimo de situação líquida decorrente da geração natural de novos ativos independentemente de intervenção de terceiros está contido no princípio contábil da

- a) Realização da receita.
- b) Prudência.
- c) Oportunidade.
- d) Competência.
- e) Entidade.

**9.** (FCC/Analista Judiciário/Contadoria/TRF2/2007) A Cia. Constelar, nos últimos exercícios, vem atravessando sérias dificuldades financeiras em função de dois outros concorrentes terem se instalado na mesma região, disputando um mercado que anteriormente era somente seu, gerando, em seus acionistas, preocupação quanto à sobrevivência futura da empresa. Apesar desse fato o Diretor Presidente da empresa autoriza o reconhecimento após resultados de valores recebidos por serviços a serem executados no período seguinte.

Esse procedimento contraria o disposto no Princípio Contábil estabelecido pelas Normas Brasileiras da Contabilidade

- a) da tempestividade.
- b) do denominador monetário.
- c) da materialidade.
- d) da competência.
- e) do custo como base de valor.

- 10.** (FCC/Auditor Substituto de Conselheiro/TCE-RO/2010) De acordo com o CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação na emissão de debêntures devem ser apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, o que ilustra a aplicação do princípio
- da competência.
  - do registro pelo valor original.
  - da entidade.
  - da oportunidade.
  - da prudência.
- 11.** (FCC/Auditor Fiscal Tributário Municipal/ISS-SP/2007) A tempestividade e a integridade do registro do patrimônio e suas variações, independentemente das causas que as originaram, constitui o fulcro do Princípio Contábil da
- Oportunidade.
  - Competência.
  - Entidade.
  - Prudência.
  - Continuidade.
- 12.** (FCC/Analista Judiciário/ Contabilidade/TRE-MS/2007) A empresa Alfa manufatura calçados, sendo que o processo produtivo se inicia com a compra do couro em peles e termina com a confecção final dos calçados. A empresa iniciou suas atividades em 01.01.2006. Em 31.12.2006 todos os custos de mão de obra direta e custos indiretos de fabricação referentes ao exercício de 2006 haviam sido apropriados ao resultado do exercício. Na contagem física dos inventários constatou-se que um quinto de toda a produção de calçados do exercício não havia sido vendida. De acordo com estas informações podemos afirmar que a empresa Alfa nas suas demonstrações contábeis NÃO observou o Princípio Fundamental de Contabilidade – Resolução CFC nº 750;
- Entidade.
  - Oportunidade.
  - Competência.
  - Atualização Monetária.
  - Prudência.
- 13.** (FCC/Técnico Judiciário/Contabilidade/TRT3/2009) O Princípio da Oportunidade refere-se a duas características para o registro do patrimônio e das suas mutações. São elas:
- tempestividade e integridade.
  - confiabilidade e objetividade.
  - competência e prudência.
  - relevância e confiabilidade.
  - materialidade e consistência.
- 14.** (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRT3/2009) A constituição da provisão para devedores duvidosos está relacionada com os princípios
- da entidade e da objetividade.
  - da continuidade e da atualização monetária.
  - do registro pelo valor original e da materialidade.
  - da consistência e da oportunidade.
  - da competência e da prudência.
- 15.** (FCC/Analista Judiciário/Contadoria/TRF3/2007) A Cia. Juazeiro do Norte adquiriu material de escritório no mês de fevereiro de 2007 com prazo para pagamento de 60 dias. O material foi totalmente utilizado pela companhia em março de 2007. Em respeito ao princípio da competência, a companhia
- deve reconhecer a despesa com material de escritório em março de 2007.
  - deve reconhecer o gasto com material de escritório como despesa em abril de 2007.
  - teve uma perda com material de escritório em abril de 2007.
  - efetuou um desembolso financeiro em fevereiro de 2007.

e) deve contabilizar o gasto em fevereiro de 2007 como despesa diferida.

**16.** (FCC/Analista Judiciário/Contadoria/TRF3/2007) No encerramento do exercício social, o contador da Cia. Juazeiro do Sul desconsiderou memorando que lhe foi enviado pelo departamento jurídico da sociedade no qual era comunicado que a Cia. Ouro Branco, cliente tradicional da companhia, estava em processo de falência. Ao deixar de fazer um ajuste na conta de Duplicatas a Receber, o contador transgrediu o Princípio Fundamental de Contabilidade denominado Princípio da

- a) Entidade.
- b) Tempestividade.
- c) Oportunidade.
- d) Prudência.
- e) Materialidade.

**17.** (FEPESE/Contador/Pref. Florianópolis/2006) Assinale a alternativa correta quanto aos Princípios Fundamentais de Contabilidade:

- a. ( ) O cerne do Princípio da Continuidade está na autonomia do patrimônio a ela pertencente. O princípio em exame afirma que o patrimônio deve revestir-se do atributo de autonomia em relação a todos os outros Patrimônios existentes, pertencendo a uma Entidade, no sentido de sujeito suscetível à aquisição de direitos e obrigações.
- b. ( ) O Princípio da Continuidade refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.
- c. ( ) A observância do Princípio da Entidade é indispensável à correta aplicação do Princípio da Competência por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de se constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.
- d. ( ) Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam o núcleo central da própria Contabilidade, na sua condição de ciência social, sendo a ela inerentes. Os princípios constituem as vigas-mestras de uma ciência, revestindo-se dos atributos de universalidade e veracidade, conservando validade em qualquer circunstância. No caso da Contabilidade, presente seu objeto, seus Princípios Fundamentais de Contabilidade valem para todos os patrimônios, independentemente das Entidades a que pertencem, as finalidades para as quais são usados, a forma jurídica da qual estão revestidos, sua localização, expressividade e quaisquer outros qualificativos, desde que gozem da condição de autonomia em relação aos demais patrimônios existentes.
- e. ( ) A compreensão do cerne do Princípio da Prudência está diretamente ligada ao entendimento das variações patrimoniais e sua natureza. Nestas encontramos duas grandes classes: a daquelas que somente modificam a qualidade ou a natureza dos componentes patrimoniais, sem repercutirem no montante do Patrimônio Líquido, e das que o modificam. As primeiras são denominadas de "qualitativas", ou "permutativas", enquanto as segundas são chamadas de "quantitativas", ou "modificativas". Cumpre salientar que estas últimas sempre implicam a existência de alterações qualitativas no patrimônio, a fim de que permaneça inalterado o equilíbrio patrimonial.

**18.** (FEMPERJ/Analista de Controle Externo/TCE-RJ/2012) Com as recentes alterações, a Lei Societária reforçou a importância dos princípios de contabilidade para o reporte da informação. Para fins de demonstrações contábeis, vigora a força dos princípios, dando corpo para prevalecer a essência econômica da transação sobre a forma jurídica dos contratos. Nesse contexto, o Conselho Federal de Contabilidade reformou recentemente a resolução CFC nº 750/1993. Conforme a Resolução CFC n.º 1282/2010:

- a) os princípios de contabilidade que orientam a prática contábil no Brasil são: o da entidade; o da continuidade; o da oportunidade; o do registro pelo valor original; o da atualização monetária; o da competência; e o da prudência;
- b) a atualização monetária representa nova avaliação dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período;

- c) uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes de alguns fatores, entre eles o dos efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional;
- d) o princípio da prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que isso contribuir para o aumento do patrimônio líquido;
- e) a reversão decorrente de perdas estimadas relativas ao valor recuperável de ativos é uma prática conflitante com o princípio do registro pelo valor original.

**19.** (ESAF/Analista de Finanças e Controle/Contábil/STN/2013) O Princípio de Contabilidade, segundo as normas do Conselho Federal de Contabilidade, que pressupõe a simultaneidade no reconhecimento das despesas e receitas relativas a uma determinada venda de produto ou serviço, é o Princípio da

- a) Continuidade.  
b) Oportunidade.  
c) Atualização monetária.  
d) Competência.  
e) Prudência.

**20.** (FEPESE/Técnico em Contabilidade/UFGS/2009) Quanto aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, destacamos alguns. Correlacione a coluna 2 com a coluna 1.

**Coluna 1**

1. Princípio da Entidade
2. Princípio do Registro pelo Valor Original
3. Princípio da Competência
4. Princípio da Oportunidade
5. Princípio da Prudência

**Coluna 2**

- ( ) Refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que a originaram.
- ( ) Reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade de diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes.
- ( ) Determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.
- ( ) As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.
- ( ) A avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta, assinalada de cima para baixo.

- a. ( ) 2 – 1 – 4 – 3 – 5  
b. ( ) 4 – 1 – 5 – 3 – 2  
c. ( ) 3 – 2 – 1 – 4 – 5  
d. ( ) 4 – 3 – 5 – 2 – 1  
e. ( ) 3 – 1 – 5 – 4 – 2

**21.** (VUNESP/Contador Judiciário/TJ-SP/2013) Acerca das demonstrações financeiras, conforme disciplinadas pela Lei n.º 6.404/76, é correto afirmar que a escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e da referida lei e aos princípios da contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de

- a) frequência.  
b) seletividade.  
c) prioridade.

- d) permanência.
- e) competência.

**22.** (FEPESE/Magistério Contabilidade/UFFS/2010) De acordo com a Resolução CFC nº 750/93, **não** é princípio fundamental da contabilidade:

- a.  Entidade
- b.  Prudência
- c.  Objetividade
- d.  Continuidade
- e.  Oportunidade

**23.** (ESAF/ATA/MF/2013) O Conselho Federal de Contabilidade aprovou os princípios fundamentais de contabilidade dispostos na Resolução CFC 750/93. Segundo essas regras, o Princípio Fundamental de Contabilidade que reconhece o patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, é o princípio

- a) patrimonialista.
- b) da prudência.
- c) da entidade.
- d) do conservadorismo.
- e) da competência.

**24.** (CESPE/AFT/2013) Julgue o próximo item, relativo aos princípios de contabilidade fixados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

O cumprimento do princípio da prudência é indispensável à correta aplicação do princípio da competência.

**25.** (CESPE/PCF/Área 1/2013) Julgue o item seguinte, de acordo com os princípios de contabilidade e as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Considere que o contador de determinada sociedade empresária tenha observado ser possível utilizar três opções para quantificar as mutações patrimoniais, todas igualmente válidas, de acordo com as normas contábeis brasileiras. Considere, ainda, que a tabela a seguir apresente os valores resultantes dessas estimativas.

	opção 1	opção 2	opção 3
ativo	1.000	900	900
passivo exigível	700	500	700

Nesse caso, segundo o princípio da prudência, a opção 3 será a recomendável para reconhecimento do patrimônio, pois apresenta a menor situação líquida.

**26.** (FEPESE/Contador/UFFS/2009) A empresa Afogados comprou, em setembro de 2009, material de expediente em valor expressivo para ser utilizado em seu escritório durante os próximos 12 meses, registrando o valor da compra, integralmente, em conta de despesas.

Qual o princípio contábil não-observado?

- a.  Da Oportunidade
- b.  Da Competência
- c.  Da Prudência
- d.  Do Registro pelo Valor Original
- e.  Entidade

**27.** (ESAF/Analista/Controle e Fiscalização/SUSEP/2010) A legislação vigente sobre as sociedades anônimas estabelece o que deve ser computado na determinação do resultado do exercício. Diz a lei que devem ser incluídas as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente de

sua realização em moeda, bem como os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

Ao analisar essa determinação, pode-se dizer que, com ela, a lei está consagrando o princípio contábil

- a) da Oportunidade.
- b) da Realização da Receita.
- c) da Prudência.
- d) da Igualdade Contábil.
- e) da Competência.

**28.** (ESAF/Fiscal de Rendas/Prefeitura-RJ/2010) Assinale abaixo a única opção que contém uma afirmativa verdadeira.

- a) Pelo princípio da continuidade, a entidade deverá existir durante o prazo estipulado no contrato social e terá seu Patrimônio contabilizado a Custo Histórico.
- b) Para obedecer o princípio contábil da prudência, quando houver duas ou mais hipóteses de realização possível de um item, deve ser utilizada aquela que representar um maior ativo ou um menor passivo.
- c) Segundo o princípio da competência, as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que, efetivamente, ocorrerem os recebimentos ou pagamentos respectivos.
- d) O princípio da oportunidade determina que os registros contábeis sejam feitos com tempestividade, no momento em que o fato ocorra, e com integralidade, pelo seu valor completo.
- e) Existe um princípio contábil chamado "Princípio da Atualização Monetária" que reconhece que a atualização monetária busca atualizar o valor de mercado e não o valor original; por isso, não se trata de uma "correção", mas apenas de uma "atualização" dos valores.

**29.** (FEPESE/Contador/UFGS/2012) A Resolução CFC nº 750/1993 consagra os Princípios de Contabilidade, que são de observância obrigatória no exercício da profissão contábil, constituindo condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Assinale a alternativa que indica a definição de princípio **incorreta**.

- a. ( ) O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta essa circunstância.
- b. ( ) Princípio da Oportunidade refere-se à necessidade da Administração Pública utilizar e gerenciar quaisquer tipos de informações em benefício da cidadania.
- c. ( ) O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.
- d. ( ) O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.
- e. ( ) O Princípio da prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.

**30.** (CESPE/Consultor do Executivo/Ciências Contábeis/SEFAZ-ES/2010) Julgue o próximo item de acordo com a Resolução do CFC n.º 750/1993, que dispõe acerca dos princípios fundamentais de contabilidade.

Considere a seguinte situação hipotética.

Pedro comprou com dinheiro da sua empresa um imóvel residencial. A escritura desse bem foi feita em nome de Pedro, enquanto o registro contábil dessa operação foi realizado no ativo imobilizado da empresa de Pedro.

Nessa situação, o registro contábil da operação descrita está de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade.

**31.** (CESPE/Perito/Contabilidade/MPU/2010) Com base nos princípios fundamentais de contabilidade, julgue o item subsequente.

Alvo de constantes críticas, o custo histórico como base de valor sofreu alterações com a aprovação da Lei nº 11.638/2007.

**32.** (CESPE/Perito/Contabilidade/MPU/2010) Com base nos princípios fundamentais de contabilidade, julgue o item subsequente.

Considere que uma empresa, após sucessivos prejuízos, ao atingir passivos superiores a seus ativos, teve a falência decretada. Nessa situação, essa empresa ainda é uma entidade contábil.

**33.** (FEPESE/Contador/PGE-SC/2010) "A observância do Princípio da \_\_\_\_(1)\_\_\_ é indispensável à correta aplicação do Princípio da \_\_\_\_(2)\_\_\_, por efeito de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de se constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado".

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto.

- a. ( ) (1) prudência ; (2) oportunidade
- b. ( ) (1) oportunidade ; (2) prudência
- c. ( ) (1) continuidade ; (2) competência
- d. ( ) (1) oportunidade ; (2) competência
- e. ( ) (1) continuidade ; (2) oportunidade

**34.** (CESPE/Perito/Contabilidade/MPU/2010) Com base nos princípios fundamentais de contabilidade, julgue o item subsequente.

Para o Conselho Federal de Contabilidade brasileiro, os conceitos de entidade contábil e de continuidade, mais do que princípios, são postulados, axiomas com base nos quais se constrói a teoria contábil.

**35.** (VUNESP/Contador Judiciário/TJM SP/2011) O Princípio da Entidade reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, a um conjunto de pessoas, a uma sociedade ou a uma instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Esse axioma nos leva ao entendimento de que o Patrimônio pertence à Entidade, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de Patrimônio não resulta em nova Entidade, mas

- a) numa nova organização social com destinação financeira direcionadas ao sócios.
- b) numa nova entidade com fortalecido poder econômico.
- c) numa unidade de natureza econômico-contábil.
- d) na estrutura conceitual básica da contabilidade, em que ativo é a diferença entre passivo e patrimônio líquido.
- e) numa nova unidade de negócios.

**36.** (FEPESE/Contador/UFFS/2012) Quanto ao princípio do Registro pelo valor Original, é **incorreto** afirmar:

- a. Valor justo. É o valor pelo qual um ativo pode ser liquidado, ou um passivo trocado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos.
- b. Custo corrente. Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis.

- c. Valor realizável. Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações da Entidade.
- d. Valor presente. Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade.
- e. Atualização monetária. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

**37.** (FGV/Contador/Codesp/2010) A Cia. Maranhão prestou serviços para um cliente localizado no exterior durante o mês de outubro de 2009. Essa é a primeira operação efetuada com um cliente internacional. A empresa irá receber 90% do valor no mês de novembro e 10% no mês de dezembro. Quando a Cia. Maranhão deve reconhecer contabilmente a receita com a prestação de serviços?

- (A) Em virtude de ser um cliente no exterior, deve reconhecer no momento do recebimento definitivo, ou seja, em dezembro de 2009.
- (B) Em virtude de ser um cliente no exterior, deve reconhecer no momento do recebimento de cada parcela, ou seja, 90% do valor em novembro e 10% em dezembro de 2009.
- (C) Mesmo sendo um cliente no exterior, deve reconhecer quando o serviço foi prestado, ou seja, em outubro de 2009.
- (D) Mesmo sendo um cliente internacional, deve reconhecer de acordo com o recebimento, ou seja, 90% do valor em novembro e 10% em dezembro de 2009.
- (E) Em virtude de ser um cliente no exterior e a primeira negociação, deve constituir uma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em outubro e baixá-la conforme o recebimento.

**38.** (FGV/Contador/Badesc/2010) A respeito dos Princípios Contábeis, analise os textos a seguir.

“Desde que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais deve ser feito mesmo na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência.”

“A escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade.”

“O reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, é consequência natural do respeito ao período em que ocorrer sua geração.”

Os princípios referidos nos textos são, respectivamente:

- a) competência, oportunidade e prudência  
b) oportunidade, prudência e continuidade  
c) oportunidade, prudência e competência  
d) entidade, prudência e competência  
e) registro pelo valor original, oportunidade e competência.

**39.** (CESPE/Analista de Controle Interno/SECGE-PE/2010) Entre os princípios fundamentais da contabilidade, há um em que a garantia jurídica da propriedade é um requisito indispensável, pois é a única forma de caracterização do direito ao exercício de poder sobre o patrimônio controlado. Este é o princípio da

- a) entidade.  
b) continuidade.  
c) oportunidade.  
d) competência.  
e) prudência.

**40.** (CEPERJ/Contador/DEGASE-RJ/2011) As provisões, sejam do ativo ou do passivo, e que representam valores cujas perfeitas quantificações dependem de fatos ainda não concretizados, devem ser contabilizadas em obediência aos seguintes princípios da contabilidade:

- a) valor original, competência e continuidade.
- b) continuidade, valor original e entidade.
- c) prudência, continuidade e materialidade.
- d) valor original, competência e oportunidade.
- e) prudência, oportunidade e competência.

**41.** (CEPERJ/Contador/ITERJ/2012) Em 31 de dezembro, data de encerramento do exercício social de uma determinada empresa comercial, o contador realizou diversos ajustes na contabilidade e um deles, com base no saldo da conta Duplicatas a Receber, foi a constituição e apropriação da provisão para créditos de liquidação duvidosa. O contador realizou esse registro em cumprimento aos seguintes princípios de contabilidade:

- a) continuidade, prudência e registro pelo valor original
- b) registro pelo valor original, continuidade e entidade
- c) entidade, competência e atualização monetária
- d) atualização monetária, prudência e oportunidade
- e) oportunidade, prudência e competência.

**42.** (FEPESE/Contador SEF-SC/2009) Quanto aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, destacamos alguns. Correlacione os princípios abaixo com as suas características a seguir:

**Princípios:**

- 1. Princípio da Entidade
- 2. Princípio da Continuidade
- 3. Princípio da Competência
- 4. Princípio da Oportunidade
- 5. Princípio da Prudência

**Características**

- ( ) refere-se à tempestividade e a à integridade.
- ( ) mantém distinção entre o patrimônio da empresa e dos sócios.
- ( ) adoção de menor valor para o Ativo e maior para o Passivo.
- ( ) independe do recebimento ou pagamento.
- ( ) pressupõe prazo de vida indefinido.

Assinale a alternativa que indica a correlação **correta**.

- a. ( ) 2, 1, 4, 3, 5
- b. ( ) 3, 1, 5, 4, 2
- c. ( ) 3, 2, 1, 4, 5
- d. ( ) 4, 1, 5, 3, 2
- e. ( ) 4, 3, 5, 2, 1

**43.** (CESPE/Contador/ECT/2011) Pelo princípio da continuidade, pressupõe-se que, em algum momento, toda entidade entrará em liquidação, sendo necessário o reconhecimento de tal fato para fins de avaliação de seus ativos e passivos.

**44.** (FEPESE/Técnico/MP-SC/2014) O princípio da ..... reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade com ou sem fins lucrativos.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto.

- a. ( ) Entidade
- b. ( ) Prudência
- c. ( ) Competência
- d. ( ) Continuidade
- e. ( ) Oportunidade

## Gabarito

### Questões de Fixação

<b>1. Certo</b>	<b>7. C</b>
<b>2. E</b>	<b>8. E</b>
<b>3. B</b>	<b>9. D</b>
<b>4. Certo</b>	<b>10. D</b>
<b>5. D</b>	<b>11. E</b>
<b>6. Certo</b>	

### Questões FBC

<b>1. A</b>	<b>12. A</b>
<b>2. C</b>	<b>13. C</b>
<b>3. C</b>	<b>14. C</b>
<b>4. C</b>	<b>15. D</b>
<b>5. B</b>	<b>16. B</b>
<b>6. D</b>	<b>17. A</b>
<b>7. B</b>	<b>18. A</b>
<b>8. C</b>	<b>19. B</b>
<b>9. A</b>	<b>20. B</b>
<b>10. C</b>	<b>21. D</b>
<b>11. C</b>	

### Questões de Outras Bancas

<b>1. A</b>	<b>11. A</b>	<b>21. E</b>	<b>31. Certo</b>	<b>41. E</b>
<b>2. A</b>	<b>12. C</b>	<b>22. C</b>	<b>32. Certo</b>	<b>42. D</b>
<b>3. C</b>	<b>13. A</b>	<b>23. C</b>	<b>33. C</b>	<b>43. Errado</b>
<b>4. D</b>	<b>14. E</b>	<b>24. Errado</b>	<b>34. Errada</b>	<b>44. A</b>
<b>5. B</b>	<b>15. A</b>	<b>25. Certo</b>	<b>35. C</b>	
<b>6. E</b>	<b>16. D</b>	<b>26. B</b>	<b>36. A</b>	
<b>7. D</b>	<b>17. D</b>	<b>27. E</b>	<b>37. C</b>	
<b>8. D</b>	<b>18. C</b>	<b>28. D</b>	<b>38. C</b>	
<b>9. D</b>	<b>19. D</b>	<b>29. B</b>	<b>39. A</b>	
<b>10. A</b>	<b>20. B</b>	<b>30. Errado</b>	<b>40. E</b>	

# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



**1** Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



**2** Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



**3** Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



**4** Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



**5** Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



**6** Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



**7** Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



**8** O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.